



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Ciências da Educação

CURSO DE GRADUAÇÃO EM
BIBLIOTECONOMIA



ELIANE APARECIDA NETO

**A CATALOGAÇÃO DIANTE DAS
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Florianópolis
2009

ELIANE APARECIDA NETO

**A CATALOGAÇÃO DIANTE DAS
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia. Orientação de: Prof^a. Araci Isaltina de Andrade Hillesheim.

Florianópolis
2009

Ficha catalográfica elaborada pela acadêmica Eliane Aparecida Neto do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina.

N469c Neto, Eliane Aparecida, 1976-

A catalogação diante das tecnologias de informação e comunicação / Eliane Aparecida Neto. – 2009.

87 f.

Orientadora: Araci Isaltina de Andrade Hillesheim.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia). – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

1. Catalogação. 2. Catalogação descritiva. I. Título.

CDD: 025.3 (22.Ed.)



Eliane Aparecida Neto

A catalogação diante das tecnologias de informação e comunicação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, aprovado com nota 9.0.

Florianópolis, 03 de dezembro de 2009.

Araci I. A. Hillesheim

Araci Isaltina de Andrade Hillesheim Ms.
Universidade Federal de Santa Catarina
Professora Orientadora

M^g Margarete Sell da Mata

Maria Margarete Sell da Mata Ms.
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro da Banca Examinadora

Éstera Muszkat Menezes

Éstera Muszkat Menezes Ms.
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido Jean, pela sua ajuda e incentivo, sem os quais não teria sido possível realizar os meus estudos.

Às minhas filhas Amanda e Aline, pela compreensão em relação às horas em que estive ausente.

Aos meus pais Nezi e Adenir, que sempre me ajudaram e me apoiaram em todos os momentos.

Aos meus sogros Antônio e Gema, pela ajuda em todos os momentos em que precisei.

Às minhas amigas Raquel e Renilda, pelo carinho, amizade e apoio ao longo do curso.

À minha orientadora Professora Araci Isaltina de Andrade Hillesheim, pela orientação, compreensão e pelo seu apoio irrestrito na revisão e conclusão do trabalho.

NETO, Eliane Aparecida. **A catalogação diante das tecnologias de informação e comunicação**. 2009. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RESUMO

Diante do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, as bibliotecas tiveram que mudar a sua forma de tratar a informação. A área de tratamento da informação tem o desafio de tratar e organizar as informações constantes em diferentes suportes, seja impresso ou eletrônico/digital. Um dos processos técnicos que mais sofreram transformações na biblioteca foi a catalogação. Este trabalho tem o objetivo de apresentar uma reflexão sobre a evolução da catalogação, catálogos, regras e códigos, destacando o surgimento de um novo conjunto de regras, o *Resources Description and Access* (RDA). Percebeu-se que o processo de catalogação vem passando por mudanças em suas práticas e teorias impulsionadas pelas tecnologias da informação e comunicação, no qual regras e códigos estão sendo alterados para atender a necessidade de descrição dos novos recursos informacionais.

Palavras-chaves: Catalogação. Catálogos. Códigos. RDA.

NETO, Eliane Aparecida. **A catalogação diante das tecnologias de informação e comunicação**. 2009. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ABSTRACT

With development in information and communication technology libraries have been obliged to change the way they process information. The field of information processing has the challenge of processing and organizing the constant stream of information that is both printed and electronic/digital. One of the technical procedures in libraries that has undergone the greatest transformation is that of cataloguing. This study reflects on the evolution of cataloguing, catalogues, regulations and codes, with emphasis on the rise of a new set of regulations - the *Resources Description and Access* (RDA). It is clear that cataloguing procedures have changed both in practice and in theory in information and communication technology, due to rules and codes being altered in order to meet the descriptive requirements of the new informational resources.

Key words: Cataloguing. Catalogues. Codes. RDA.

LISTA DE ABREVIATURAS

AACR	Anglo American Cataloguing Rules
AACR2	Anglo American Cataloguing Rules, 2 <i>nd edition</i>
AACR2R	Anglo American Cataloguing Rules, 2 <i>nd edition, rev. 2002</i>
ALA	American Library Association
CALCO	Catálogo Legível por Computador
CAN/MARC	Canadá/ Machine Readable Cataloguing
CBU	Controle Bibliográfico Universal
CILIP	Chartered Institute of Library and Information Professional
DC	Dublin Core
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
FIAB	Federação Internacional de Associação de Bibliotecários
FINMARC	Finlândia Machine Readable Cataloguing
FRAD	Functional Requeriments for Authority Data
FRBR	Functional Requeriments for Bibliographic Records
FRSAR	Functional Requeriments for Subject Authority Records
HTML	Hyper Text Markup Language
IBERMARC	Espanha Machine Readable Cataloguing
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IME ICC	International Meetings of Experts for and International Cataloguing Code
ISBD	International Standard Bibliographic Description
ISBD (A)	International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian)
ISBD (CF)	International Standard Bibliographic Description for Computer Files
ISBD (CM)	International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials
ISBD (CR)	International Standard Bibliographic Description for Serial and Other Continuing Resources
ISBD (ER)	International Standard Bibliographic Description for Electronic Resourcces

ISBD (G)	General International Standard Bibliographic Description
ISBD(M)	International Standard Bibliographic Description for Monographic
ISBD (NBM)	International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials
ISBD (PM)	International Standard Bibliographic Description for Printed Music
ISBD (S)	International Standard Bibliographic Description for Serials
ISO	International Standards Organization
JSC	Joint Steering Committee
LC	Library of Congress
MARC	Machine Readable Cataloguing
MNONOCLE	França Machine Readable Cataloguing
MODS	Metadata Object Description Standard
OCLC	Online Computer Library Center
OPACS	Online Public Access Catalogues
PDF	Portable Document Format
RAK	Regein für die Alphabetische Katalogisierung
RDA	Resource Description and Access
RIEC	Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação
SGML	Standard Generalized Markup Language
UK MARC	Reino Unido Machine Readable Cataloguing
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
USMARC	Estados Unidos Machine Readable Cataloguing
XML	eXtensible Markup Language

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA	14
3 CATALOGAÇÃO, CATÁLOGOS E CÓDIGOS	15
3.1 CATALOGAÇÃO E CATÁLOGOS.....	15
3.2 CÓDIGOS: EVOLUÇÃO E HISTÓRICO.....	17
3.2.1 <i>British museum rules</i> (1841).....	20
3.2.2 <i>Smithsonian institute rules</i> (1852).....	20
3.2.3 <i>Rules for a dictionary catalog</i> (1876).....	21
3.2.4 Instruções prussianas (1899).....	22
3.2.5 <i>Cataloguing rules</i> (1908, 1. ed.); (1941, 2. ed. preliminar.); (1949, 2. ed.) - ALA rules.....	22
3.2.6 Código da vaticana (1920).....	23
3.2.7 <i>Cataloguing rules and principles</i> (1953).....	24
3.2.8 Declaração dos princípios internacionais de catalogação.....	24
3.2.9 <i>Anglo-american cataloguing rules</i> (AACR) (1967).....	28
3.2.10 <i>Anglo-american cataloguing rules - 2nd ed. (AACR2)</i> (1978).....	29
3.2.10.1 <i>O anglo american cataloguing rules</i> no Brasil.....	32
4 CATALOGAÇÃO AUTOMATIZADA	35
4.1 FORMATO MARC.....	36
4.1.1 MARC 21 e o MARCXML.....	38
4.2 DUBLIN CORE.....	42
5 CATALOGAÇÃO ATUAL	45
5.1 <i>RESOURCES DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)</i>	45
5.2 <i>FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORD</i> <i>FRBR</i>	50

5.2.1 Entidade.....	53
5.2.2 Atributos.....	54
5.2.3 Relacionamentos.....	55
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	58
ANEXOS.....	64
ANEXO A – Declaração de Princípios internacionais de Catalogação.....	65
ANEXO B – Estrutura do Resource Description and Access (RDA).....	77

1 INTRODUÇÃO

Diante das tecnologias de informação e comunicação e com o surgimento da Internet, nos anos 80, as atividades humanas tiveram profundas mudanças. Neste contexto, as bibliotecas mudaram a sua forma de tratar a informação, pois com a disponibilização da informação em rede, surgiu uma nova tipologia de recursos informacionais, ocorrendo uma produção documental enorme em vários formatos digitais (WORD, HTML, PDF, entre outros) e a manutenção do tradicional impresso.

Para que a biblioteca possa alcançar seus objetivos, é imprescindível a organização do seu acervo, sendo necessário que cada livro passe por uma série de processos técnicos, permitindo que o usuário consiga recuperá-los em meio aos demais (OSÓRIO; ALFANO, 1994).

Os bibliotecários sabem da importância e da necessidade de proceder ao tratamento técnico dos materiais existentes no acervo da biblioteca, com a finalidade máxima do uso e recuperação da informação. O tratamento técnico são “técnicas para organizar, armazenar e disseminar documentos” (MATA, 2004, p.62).

O setor de processamento técnico é responsável pela análise temática e descritiva dos diversos tipos de suporte de informação disponíveis no acervo da biblioteca. Segundo VIEIRA, (1999), são considerados processos técnicos: a catalogação, a classificação, a alfabetação, a ordenação dos livros nas estantes e o preparo técnico do livro.

Um dos processos técnicos que sofreram transformações, decorrentes das tecnologias da informação e comunicação foi a catalogação.

Devido à importância deste processo técnico para o tratamento, organização e recuperação da informação em uma biblioteca, neste trabalho pretende-se fazer uma reflexão sobre a evolução da catalogação.

A catalogação existe desde a antiguidade e percebe-se que até hoje é um serviço essencial na biblioteca. Este processo auxilia o usuário na localização de um determinado material, seja através de fichas catalográficas ou por sistemas automatizados.

Para que a catalogação fosse padronizada surgiram regras e instrumentos padrões, que são conhecidos como códigos, estes auxiliam e orientam o trabalho da catalogação. Estes não devem ser seguidos rigidamente, mas devem ser considerados dentro dos limites de cada biblioteca, das necessidades de seus

usuários (os quais sempre devem ser considerados preponderantes) e da obra em questão e suas variações.

É importante destacar que o processo de representação descritiva passa por uma renovação em seus conceitos e práticas, afetadas pelas tecnologias da informação e comunicação, emergindo uma nova dimensão das suas bases instrumentais.

A catalogação está em constante mudança, regras e códigos estão sendo alterados. Destaca-se que um novo conjunto de regras está sendo elaborado para substituir o *Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2)*, denominado de *Resource Description and Access (RDA)*. Tal mudança despertou interesse com relação às mudanças desenvolvidas nesse processo e percebeu-se a importância de se fazer este estudo.

Diante das mudanças impostas pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, a área de tratamento da informação se vê frente ao desafio de tratar e organizar as informações constantes em diferentes suportes, não somente o impresso, mas também o eletrônico/digital. Neste cenário, as regras existentes para descrição dos recursos de informação não estão atendendo as necessidades de tratamento, organização e recuperação da informação.

Neste contexto, delineou-se como objetivo geral deste trabalho realizar um estudo, do ponto de vista histórico, sobre o desenvolvimento da catalogação no tratamento e organização da informação, e como objetivos específicos definiu-se:

- Conhecer a evolução da catalogação no tratamento e organização da informação nas Bibliotecas.
- Identificar os principais códigos de catalogação.
- Identificar os formatos existentes utilizados para o tratamento da informação.

Para atender estes objetivos o presente trabalho está estruturado em introdução, metodologia, mais três capítulos: um que apresenta os conceitos de catalogação, catálogos e códigos, outro a catalogação automatizada e o último capítulo a catalogação atual, terminando o trabalho com as considerações finais, referências e anexos.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica caracteriza-se pela consulta em fontes diversas de informação escrita, orientada com o objetivo específico relacionado ao tema.

Para Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Neste tipo de pesquisa, segundo Severino (2007), o pesquisador, trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos, decorrentes de pesquisas anteriores.

A medida que alguma coisa já foi investigada, afirmada e concluída sobre um fato ou fenômeno, pode contar como referencial teórico para compreensão, reflexão, contribuindo para a elevação da credibilidade do que se está produzindo em termos de exercício acadêmico-científico. (LIMA, 2004, p.4).

Ainda segundo Lakatos e Marconi (1985, p.166) a pesquisa bibliográfica, “trata-se do levantamento de toda bibliografia já publicada e que tenha relação com o tema em estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”.

A pesquisa foi elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponíveis na Internet sobre catalogação.

Trabalhou-se com etapas para melhor redirecionar os aspectos metodológicos quanto à obtenção dos resultados e objetivos:

- Levantamento de dados – nesta etapa foi feito um reconhecimento do assunto, verificando o que já existe relacionado ao tema em estudo, nos últimos 20 anos, porém existe alguns clássicos da área que também foram citados.

- Coleta de dados - depois do levantamento bibliográfico, reuniu-se todo o material contido em livros, artigos ou em teses e artigos disponíveis na Internet. Estes materiais foram obtidos através de empréstimos, fotocópias ou impressos.

- Apresentação dos dados – após a obtenção do material, realizou-se a leitura e o fichamento dos textos levantados, resultando na análise e na interpretação do material disponível.

3 CATALOGAÇÃO, CATÁLOGOS E CÓDIGOS

3.1 CATALOGAÇÃO E CATÁLOGOS

A organização do conhecimento vem mudando ao longo dos tempos na expectativa de tornar mais útil o saber produzido. Bibliotecários, estudiosos, bibliógrafos e monges criaram uma forma de descrever os documentos e esta descrição é conhecida como catalogação.

A catalogação é o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir intersecção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários. (MEY, 1995, p.5).

A catalogação permite ao usuário localizar um item específico, bem como permite outra biblioteca localizar um determinado material e saber quais são os materiais existentes em acervos das outras bibliotecas.

Segundo Santiago (2004 p. 18), catalogação é “o processo no qual o documento é identificado por elementos bibliográficos, tais como autores, títulos, fontes de publicação, etc., e outros dados julgados necessários”.

A catalogação é entendida como um processo de descrição bibliográfica conforme Robredo e Cunha (1986, p. 103) a catalogação é:

onde todo documento é identificado por um número de registro, número de acesso ou número de amarração, além de outros elementos essenciais que identificam como o autor ou autores da obra considerada (livro, artigo de periódico, comunicação apresentada num congresso, etc.), seu título e, conforme o caso, a imprensa ou fonte, além de outros dados julgados necessários.

Segundo Mey (1995, p.7) são funções da catalogação:

- 1) Permitir ao usuário:
 - a) localizar um item específico;
 - b) escolher entre as várias manifestações de um item;
 - c) escolher entre vários itens semelhantes, sobre os quais, inclusive, possa não ter conhecimento prévio algum;
 - d) expressar, organizar ou alterar sua mensagem interna.
- 2) Permitir a um item encontrar seu usuário.
- 3) Permitir a outra biblioteca:
 - a) localizar um item específico;
 - b) saber quais os itens existentes em acervos que não o seu próprio.

De acordo com Gomes (1997 apud SANTIAGO, 2004 p.18) “catalogação significa, em geral, descrição detalhada de objetos/peças de uma coleção”.

Os objetos/peças são documentos e sua descrição é feita sob dois planos diferentes: “o da descrição física do documento (catalogação descritiva) e a descrição do assunto (catalogação de assunto)” (GOMES, 1997 apud SANTIAGO, 2004 p.18). Como resultado desta atividade temos o catálogo.

Salienta-se que através da catalogação são organizados os catálogos que segundo Mey (1995, p. 9) são:

um canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-as sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças, aos usuários desse(s) acervo(s).

O principal objetivo do catálogo é transmitir as informações elaboradas pela catalogação para que o usuário consiga recuperar as informações nela contida.

De acordo com Mey e Silveira (2009, p.13) os catálogos:

veiculam as mensagens elaboradas pela catalogação, permitindo aos usuários encontrar os registros do conhecimento de seu interesse e permitindo aos registros do conhecimento encontrar seus usuários.

Conforme Cutter (apud BARBOSA, 1978, p.23) o catálogo deve ser o instrumento que permite:

- a) encontrar um livro do qual se conheça o autor, título ou o assunto,
- b) mostrar o que existe numa coleção de um determinado autor, ou sobre uma determinada obra.

Os catálogos manuais, como eram adotados até a pouco tempo, só tiveram regras e estruturas definidas no século XIX, por Charles Ami Cutter, o qual enfatizava que o catálogo deve ser instrumento que permita encontrar um livro do qual se conheça o autor, o título ou o assunto e deve mostrar o que existe em uma coleção de um determinado autor ou assunto (BARBOSA, 1978).

Finalizando pode-se afirmar que os catálogos são organizados a partir da catalogação, que consiste na técnica que descreve a forma de registro da unidade bibliográfica. Unidade bibliográfica pode ser o livro, tese, periódico, CD-ROM, fita de vídeo, ou seja, qualquer tipo de suporte da informação. É importante ressaltar que no intercâmbio de informações há normas específicas e instrumentos básicos que ajudam a caracterizar e a identificar documentos.

3.2 CÓDIGOS: EVOLUÇÃO E HISTÓRICO

A catalogação vem desde a antiguidade, na Babilônia, por volta do ano 700 a.C.. Somente os religiosos tinham acesso livre às bibliotecas, a organização e o bom andamento dos serviços das mesmas, ficavam sob responsabilidade dos monges copistas e padres (MEY, 1995).

Entre os anos 668-626 a.C., na Assíria há vestígios da biblioteca de Assurbanipal a qual era constituída por cilindros de terracota (um material constituído por argila cozida no forno, sem ser vidrada) contendo inscrições, os fragmentos do índice (catálogo) desta biblioteca estão atualmente guardados no Museu Britânico de Londres.

Nesta biblioteca foram encontrados cerca de 20 mil tabletes, que continham o título, o número do tablete ou volume, as primeiras palavras do tablete seguinte, o nome do possuidor original, o nome do escriba e um selo, indicando tratar-se de propriedade real. Presume-se ser o nascimento da catalogação (MEY, 1995).

Neste mesmo período, a civilização grega construiu as bibliotecas mais famosas da antiguidade: Alexandria e Pérgamo. Em 250 a.C, o bibliotecário Calímaco, da biblioteca de Alexandria, compilou uma listagem de obras, realizando a primeira tentativa de um arranjo metódico do acervo, onde registrava o número de linhas de cada obra e suas palavras iniciais, bem como os dados bibliográficos sobre os autores. Porém não se sabe se o trabalho realizado por este bibliotecário era uma bibliografia ou um catálogo, ou ambas tinham a mesma finalidade (MEY, 1995).

No século IX, na Alemanha, “a biblioteca de Richenau compilou vários catálogos entre 822 e 842, que indicavam as obras contidas em cada volume e o número dos volumes ou rolos em que cada obra estava contida” (MEY, 1995, p.14).

No século XIII, nos mosteiros ingleses, a catalogação cresceu, tinha como objetivo fazer um catálogo coletivo de seus acervos e a idéia de símbolo de localização mais completa de edições, preocupando-se em identificar as obras publicadas ou encadernadas juntas.

Segundo Vieira (1999), o desenvolvimento da catalogação na Idade Média foi pouco significativo, nem mesmo a construção das universidades européias influenciaram no processo, e os catálogos de suas bibliotecas continuaram a se constituir de inventários das coleções.

Os séculos XV e XVI foram muito importantes, pois foi nesta época que houve um crescimento nas atividades acadêmicas, intelectuais e científicas, bem como a criação e o desenvolvimento da indústria tipográfica. Com a invenção da imprensa, os acervos das bibliotecas e das livrarias precisavam ter uma organização mais minuciosa. Sendo assim, o bibliógrafo suíço, Gesner, incluiu em sua obra instruções para a organização de livros em uma biblioteca desenvolvendo um sistema de classificação, servindo tanto para bibliotecas como para bibliografias. Sugeriu que fosse utilizada uma cópia de sua bibliografia como catálogo, acrescentando ao lado do registro de cada obra, os dados de localização (MEY, 1995).

Em 1560, Florian Tresfler, monge beneditino, publicou um tratado sobre a manutenção de uma biblioteca, desenvolvendo um sistema de classificação e números de localização e ainda defendeu que um catálogo deveria ter 5 partes:

- a) catálogo alfabético de autores;
- b) listas das estantes;
- c) índice classificado para as partes (entradas analíticas);
- d) índice alfabético para o índice classificado; e,
- e) lista dos livros não integrados (MEY, 1995).

No ano de 1595, o livreiro Andrew Maunsell, estabeleceu os elementos básicos para a descrição bibliográfica. A entrada dos nomes pessoais deveria ser feita pelo sobrenome, nas obras anônimas, poderia ser utilizado o título como o assunto ou ambos (MEY, 1995).

Segundo Mey (1995, p.17), “as obras de Tresfler e Maunsell podem ser consideradas como os primeiros códigos de catalogação”.

Alguns avanços significativos foram percebidos no século XVII, quando Sir Thomas Bodley, benfeitor da Biblioteca da Universidade de Oxford, criou um código detalhado de catalogação (indicava arranjo sistemático, índice alfabético por sobrenome, lista entradas analíticas).

Na França, Gabriel Naudé, célebre bibliotecário do cardeal Mazarino e da rainha Cristina da Suécia, escreveu um trabalho sobre catálogos e catalogação. Naudé enfatizou a importância dos catálogos como meio de localização das obras. Recomendava o catálogo dividido entre autores e assuntos. Sugeriu ainda a organização das estantes que permitisse a expansão da biblioteca.

No século XVIII já se percebe que os catálogos eram vistos mais como listas localizadoras do que como inventários.

Segundo Mey (1995a, p.18) algumas práticas se impuseram:

- a) catálogos classificados ou alfabéticos;
- b) importância dos índices;
- c) ordenação dos autores pelos sobrenomes;
- d) nas páginas de rosto os títulos eram transcritos literalmente,
- e) uso de notas de “encadernado com” e uso comum de remissivas e entradas analíticas.

Neste período houve o desenvolvimento da pesquisa científica e das atividades de estudo, levando um crescimento considerável das bibliotecas na Europa.

Em 1791, o governo francês depois da Revolução Cultural, publicou instruções para organização das bibliotecas, incluindo um código de catalogação. Esta foi a primeira tentativa de um código nacional e a primeira experiência com catálogos em ficha.

No século XIX bibliotecários e estudiosos publicavam inúmeros estudos a favor ou contra os catálogos alfabéticos e classificados.

Na Inglaterra, no ano de 1840, “verificou-se o primeiro movimento importante para imprimir um caráter sério aos métodos de sistematização e racionalização da catalogação de livros”. (VIEIRA, 1999, p.15).

Pela história verifica-se que foram diversos esforços na tentativa de sistematizar o trabalho de descrição de materiais. Assim a história da normalização das regras catalográficas, segundo Barbosa (1978), pode ser dividida em períodos:

- a) de Panizzi à Conferência de Paris - período tradicional;
- b) da Conferência de Paris à Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC) - período pré-mecanizado;
- c) da RIEC ao Controle Bibliográfico Universal (CBU) - período mecanizado.

Destaca-se que a partir de 1840 é que se passou a ter mais sistematizado a maneira de se catalogar, as quais várias pessoas tentaram elaborar regras e códigos, os quais serão apresentados a seguir.

3.2.1 *British museum rules* (1841)

Em 1841, foi estabelecido a *British Museum Rules* (Regras do Museu Britânico), conhecido como as “91 regras”. As 91 regras de catalogação foram compiladas pelo refugiado político italiano, Anthony Panizzi.

Estas regras estabeleceram as bases da catalogação durante várias gerações, porém provocaram muitas discussões e, com isto, surgiu um movimento conhecido por “Batalha das regras”, do qual participavam bibliotecários, usuários do Museu e até membros da Câmara dos Comuns.

Entre as principais características do *British Museum*: 91 regras, destacam-se a valorização da página de rosto, a introdução do conceito de autoria coletiva e o cabeçalho de entrada de autor, conforme designa a página de rosto, acatando a vontade do autor. (MACHADO, 2003, p.47).

Segundo Vieira (1999, p.17), Panizzi baseava-se nas seguintes percepções:

a) que o livro procurado por uma pessoa não é o objeto de seu interesse, mas a obra contida nele;

b) que a obra pode ser encontrada também em outras edições, traduções, ou versões, publicadas sob nomes diferentes de autor e/ou diferentes títulos, alguns ou todos dos quais podem ser de igual ou maior interesse para essa pessoa;

c) para servir bem ao usuário da biblioteca o catálogo deve ser designado não meramente para dizer-lhe se um determinado livro está ou não na biblioteca, mas também para dizer ao mesmo tempo em que outras edições, traduções ou versões da obra, tanto quanto outras obras genericamente relacionadas, a biblioteca possui.

Panizzi e suas regras tiveram grande influência tanto na biblioteconomia inglesa quanto na americana.

Estas regras podem ser consideradas a primeira a sistematizar as regras para catalogação, no período pré-catálogos.

Para Barbosa (1978, p.27), estas regras “influenciaram todos os outros códigos subseqüentes, como os de Jewett, Cutter e outros mais, sua última edição é de 1936”.

3.2.2 *Smithsonian institute rules* (1852)

O *Smithsonian Institute* é uma instituição educacional e de pesquisa ligada a um complexo de museus, administrada e fundada pelo governo dos Estados Unidos.

Grande parte de seus prédios são localizados em Washington DC e o Instituto compreende 19 museus, 7 centros de pesquisa, contendo 142 milhões de itens em suas coleções.

Em 1852, Charles C. Jewett, bibliotecário e professor de línguas modernas, publicou para o *Smithsonian Institute* um código baseado nas regras do Museu Britânico, de acordo com Vieira (1999, p.18):

o código de Jewett seguia a seguinte filosofia: as regras de catalogação deveriam cobrir todos os casos e os detalhes seriam deixados para serem tratados de acordo com o julgamento dos catalogadores.

Em 1868 Jewett morre, porém antes de sua morte empregou Charles Ami Cutter, que era um catalogador assistente na biblioteca da Universidade de Harvard para preparar um catálogo de um acervo da biblioteca de Boston.

3.2.3 *Rules for a dictionary catalog* (1876)

Em 1876, Charles Ami Cutter publicou sua *Rules for a Dictionary Catalogue* (Regras para um Catálogo Dicionário), tendo sua última edição (4ª ed.) em 1904. O código de Cutter possuía 369 regras, estas constituíram um código de catalogação tão completo que muitas permanecem até hoje como parte das regras de catalogação, estabeleciam normas para entradas de autor e título, descrição bibliográfica da obra e alfabetização para arquivamento de fichas. Incluíram também o cabeçalho de assuntos e catalogação de materiais especiais, normas de transliteração (que é a representação por caracteres diferentes no correspondente vocábulo de outra língua) e elaboração de códigos auxiliares.

Além destas regras, Cutter criou um esquema de classificação e uma tabela representativa de sobrenomes, porém foi na catalogação que Cutter mais contribuiu, determinando os objetivos de catálogo e ditando a visão do catalogador. Santiago (2004, p. 19) destaca que:

os princípios de descrição bibliográfica de Cutter influenciaram fortemente todos os códigos de catalogação que se seguiram. Um dos princípios mais conhecidos de Cutter é o da convivência do usuário, que estabelece que o código deva atender às necessidades de seus usuários, antes mesmo das necessidades do catalogador.

Cutter colaborou e influenciou no código *American Library Association* (ALA), consagrando a existência da escola americana de catalogação.

3.2.4 *Instruções prussianas* (1899)

As Instruções Prussianas publicadas no ano de 1899 foram adotadas não só na Alemanha, mas também na Áustria; Hungria; Suécia; Suíça; Dinamarca, Holanda e Noruega. As Instruções Prussianas levaram “em consideração as entradas coletivas e o arquivamento de fichas pela primeira palavra do título que não fosse um artigo”. (BARBOSA, 1978, p.33).

Sua segunda edição, em 1908, coincidiu com a publicação do Código da ALA. As Instruções Prussianas ficaram reconhecidas internacionalmente somente em 1936, quando estas foram usadas na compilação do Catálogo Coletivo Prussiano e do Catálogo Coletivo da Alemanha.

As Instruções Prussianas tinham como características a:

- a) simplificação e a abreviação de entradas, principalmente em relação ao título;
- b) entradas coletivas e arquivamento de fichas pela primeira palavra do título não sendo um artigo.

A adesão da Alemanha e de outros países citados acima, contribuiu para a consolidação da cooperação internacional em relação à bibliografia e à catalogação.

Em 1967, as Instruções Prussianas foram substituídas pela *Regeln für die alphabetische Katalogisierung* (RAK), cujas regras são adaptadas ao uso do computador e a acordos internacionais.

3.2.5 *Cataloguing rules* (1908, 1. ed.); (1941, 2. ed. prelim.); (1949, 2. ed.) - *ALA rules*

O código de *Cataloguing rules* 1908 originou-se em um trabalho apresentado na conferência anual da ALA. Tinha o objetivo de realizar tanto uma catalogação centralizada quanto a cooperativa para as bibliotecas.

Este código foi desenvolvido pelos comitês da ALA e da *British Library Association*, suas regras eram consideradas complexas e inapropriadas para a necessidade de bibliotecas menores, era especificamente voltado às grandes bibliotecas.

Seu arranjo era semelhante às Regras de Cutter, o código começava com regras para a entrada e cabeçalho.

Em 1941, o Código da ALA lançou a 2ª edição preliminar, era dividido em duas partes: Entradas e cabeçalhos e Descrição do livro.

Novas críticas apareceram, dando destaques às observações do bibliotecário Andrew Osborn, enfatizando dois pontos: “o abandono de princípios que as fundamentassem e o afastamento do principal objetivo da catalogação: atender às necessidades dos usuários através dos catálogos”. (BARBOSA, 1978.p.36).

Com estas críticas a ALA montou uma Comissão de Revisão do Código, e esta Comissão dividiu suas recomendações em duas partes: uma referente a entradas e outra sobre catalogação descritiva, estas recomendações foram entregues à *Library of Congress* (LC) para que fossem feitas uma revisão de acordo com as regras adotadas por ela.

Em 1949, em substituição a 2. edição preliminar foi publicada a 2. edição do Código da ALA em dois volumes:

a) Volume 1: *ALA cataloguing rules for author and title entries*, editado por Clara Beeth, referente a entradas e cabeçalhos, este volume era identificado como “Red Book”, devido à sua capa vermelha. Porém logo apareceram críticas, principalmente dos bibliotecários americanos, pediam que fossem aplicadas às entradas e cabeçalhos a simplificação adotada à parte descritiva, pois haviam muitos detalhes da 2ª edição preliminar de 1941.

b) Volume 2: identificado como “Green Book”, pela sua capa verde era intitulado como: “*Rules for descriptive cataloguing in the LC*”, relativo à parte descritiva. Surgiu como uma inovação, pois trazia a introdução, com objetivos da catalogação descritiva e os princípios que deveriam fundamentar sua aplicação. Este volume teve uma melhor aceitação e o seu sucesso foi absoluto.

3.2.6 Código da vaticana (1920)

Em 1920, surgiu o Código da Biblioteca Vaticana, identificado como *Norme per il catalogo degli stampati*. Baseado na ALA Rules (1908), foi elaborado por um grupo de bibliotecários americanos enviados principalmente para atender a reorganização da Biblioteca Apostólica Vaticana.

Este código incluía regras para entradas de autor e título, catalogação descritiva, redação de cabeçalhos de assunto a alfabetação para arquivamento das fichas (VIEIRA, 1999).

O Código da Vaticana, “é considerado superior à segunda edição do código da ALA, publicada na mesma época da terceira edição do Código da Vaticana (1949)” (BARBOSA, 1978, p.40).

Segundo Bishop (apud BARBOSA, 1978, p.40), foi “o melhor código de natureza enumerativa existente, e o único capaz de reconciliar as práticas européias e americana de catalogação”.

3.2.7 *Cataloguing rules and principles* (1953)

O *Cataloguing Rules and Principles* veio a público, em 1953, através do autor Seumour Lubetzky.

Lubetzky foi convidado pela LC, para preparar uma análise geral da segunda edição da ALA, principalmente em relação às entradas de autoria coletiva.

Nesta obra Lubetzky analisa e critica inúmeras regras, principalmente as do código da ALA, questionando sobre a necessidade e o valor de cada uma delas.

O autor “menciona o custo dos trabalhos de catalogação, razão da urgente necessidade de um código mais simplificado e de fácil aplicação, o que certamente contribuiria para a economia daqueles trabalhos”. (BARBOSA, 1978, p.38).

As críticas de Lubetzky motivaram a *International Federation of Library Associations* (IFLA) a realizar a Conferência e serviram de base às discussões sobre o estabelecimento de Princípios.

3.2.8 Declaração dos princípios internacionais de catalogação

A Conferência de Paris foi lançada em 1954, quando a IFLA criou um grupo de trabalho composto por oito catalogadores, que representavam vários países e com várias tradições de catalogação.

Barbosa (1978, p. 40) enfatiza, que eram suas atribuições:

- a) preparar a coordenação internacional dos princípios de catalogação,
- b) redigir um relatório sobre os princípios a serem observados no estabelecimento de entradas para obras anônimas e de autoria coletiva.

No relatório elaborado pelo grupo observou-se um crescente apoio no uso de cabeçalhos mais específicos, evitando os cabeçalhos geográficos e os cabeçalhos formais ou convencionais.

Em 1961, foi realizada a Conferência de Paris, reunindo representantes de cerca de 50 países e a discussão foi seguida conforme o trabalho de Lubestzky. A realização da Conferência foi muito oportuna, pois “associações nacionais de bibliotecários de vários países foram incentivadas a formar comissões nacionais de catalogação, a estudar os documentos distribuídos com antecedência para críticas e sugestões, e a designar delegados com direito a voto.” (BARBOSA, 1978, p. 41).

A Conferência de Paris foi o primeiro evento no sentido de discutir a normalização internacional para a catalogação. Neste evento foi aprovada a “Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação”, conhecida como “Princípios de Paris”. Tinha como propósito servir como base para uma normalização internacional na catalogação.

Os Princípios de Paris partem do pressuposto que: eles próprios formam uma base para a revisão dos códigos de catalogação existentes; reconciliam práticas de catalogação nacionais diferentes e dizem respeito somente à entradas e formas de cabeçalhos. Não cobrem a descrição física da obra nem a catalogação por assunto (classificação e definição dos cabeçalhos de assunto). Também foram firmados novos preceitos sobre o tratamento dos problemas de entrada de autores (pessoa e entidade) e de títulos, com a finalidade de simplificar e padronizar as mesmas, assegurando maior uniformidade nos catálogos e nas bibliografias nacionais, favorecendo assim através da cooperação, em nível nacional e internacional, o controle total e a troca das informações entre bibliotecas. (BARBOSA, 1978; VIEIRA, 1999).

Os tópicos cobertos em 1961 nos Princípios de Paris foram:

- a) Abrangência
- b) Função
- c) Estrutura do Catálogo
- d) Tipos de Entrada
- e) Uso de Múltiplas Entradas
- f) Escolha de Cabeçalho Uniforme
- g) Autor Individual
- h) Entrada para Entidades Coletivas
- i) Autores Múltiplos
- j) Entradas por Título, Cabeçalhos Uniformes, etc.
- K) Entrada para Nomes Individuais

Para Tillet (2007a) os Princípios de Paris propiciaram os fundamentos do início de todos os maiores códigos de catalogação usados em nível mundial, sendo um passo inacreditável para a harmonização em nível global das práticas de catalogação, e que permanece ainda com um notável valor.

Porém, com a evolução das tecnologias de informação e comunicação e o surgimento dos mais variados suportes informacionais, a IFLA continuou a fazer esforços para elaborar uma nova declaração de princípios aplicáveis a catálogos tradicionais e *on-line*. O primeiro dos objetivos é servir à conveniência de usuários do catálogo. Tornou-se, ainda, mais desejável um conjunto comum de princípios internacionais de catalogação devido ao uso dos *Online Public Access Catalogues* (OPACS) em todo o mundo.

Neste contexto, em busca da criação de um novo código internacional de catalogação, a IFLA promoveu vários encontros, num total de cinco, para a discussão de novos princípios para a catalogação. Estes encontros foram denominados de *International Meetings of Experts for an International Cataloguing Code (IME ICC)*, ou seja, Encontro de Especialistas para um Código de Catalogação Internacional.

Tillet (2007b) descreve resumidamente cada um desses encontros, assim especificando:

- a) O primeiro encontro foi em Frankfurt, Alemanha, em agosto de 2003, para os elaboradores de regras e especialistas em catalogação da Europa. Foram 54 especialistas de 32 países europeus, assim como representantes das regras de catalogação anglo-americano da Grã-Bretanha, Austrália, e dos Estados Unidos.
- b) O segundo encontro regional foi em Buenos Aires, Argentina, em agosto de 2004, com a participação de 45 pessoas, incluindo representantes nacionais de 14 países da América Latina e Caribe. Adicionalmente, alguns países participaram nas discussões de forma *on-line*.
- c) O terceiro encontro foi realizado no Cairo, Egito, em dezembro de 2005, com a participação de 95 pessoas registradas, incluindo representantes nacionais de 17 países do Oriente Médio. Como no evento anterior, alguns países participaram das discussões de forma *on-line* e votando sobre as mudanças recomendadas para o esboço e glossário.
- d) O quarto encontro regional foi para os países asiáticos, realizado na Biblioteca Nacional da Coréia do Sul, em agosto de 2006. Contou com 30 assistentes

voluntários, com apresentações em quatro idiomas, simultaneamente. Os representantes vieram de 12 países asiáticos e de mais quatro países para o Comitê de Planejamento. Foram 61 elaboradores de regras e especialistas em catalogação convidados e 44 participantes de Seul, Coréia do Sul.

- e) O quinto e último encontro IME ICC aconteceu para os países da África Sub-Saara, em agosto de 2007. Foi organizado pela Biblioteca Nacional da África do Sul, em Pretória. Contou com 53 participantes convidados de 27 países, e 28 convidados de Pretória. Quatro membros representando os membros da Comissão Organizadora e seis voluntários.

Salienta-se que no primeiro Encontro, em 2003, foi estabelecida uma versão preliminar da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação. E, em cada encontro que foi ocorrendo, eram acrescentadas alterações/revisões, e, finalmente em 2009 foi apresentada a nova Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação abrangendo todos os tipos de materiais e todos os aspectos do controle bibliográfico e registros de autoridade usados nos catálogos.

É importante destacar que esta Declaração substitui e amplia o âmbito dos Princípios de Paris, foram incluídas “obras textuais, todos os tipos de materiais e além da simples escolha e forma de entrada, todos os aspectos dos dados bibliográficos e de autoridade utilizados em catálogos de bibliotecas”. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA, 2009). Inclui também regras que orientam o que devem ser incluídas nos códigos de catalogação internacionalmente, e serve de orientação para as funcionalidades de pesquisa e recuperação.

Esta nova declaração cobre: Abrangência; Princípios Gerais; Entidades, Atributos e Relações; Objetivos e Funções do Catálogo; Descrição Bibliográfica; Pontos de Acesso; e Fundamentos para Aperfeiçoamento da Busca. Além disso, esta baseado nas mais significativas tradições do mundo e também no modelo conceitual do documento da IFLA, ou seja, os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS – IFLA, 2009).

No final deste trabalho segue no Anexo A, a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação.

3.2.9 *Anglo-american cataloguing rules (AACR) (1967)*

O *Anglo-American Cataloguing Rules (AACR)*, foi preparado pela *American Libray Associations, Library of Congress, Britanic Library e Canadian Library Association*. O AACR1 foi fundamentado no Código de Lubetzky e nos Princípios de Paris, representando o compromisso entre as novas idéias de catalogação e os problemas reais constatados em grandes bibliotecas.

O AACR foi bastante difundido e adotado em vários lugares do mundo, talvez por ser considerado o mais próximo das resoluções da Conferência de Paris.

O AACR foi publicado em 1967, sendo elaborado em dois textos: um norteamericano e um britânico, pois algumas diferenças não estavam resolvidas.

Segundo Barbosa (1978, p.150) o AACR foi aceito devido:

a) facilidade da língua inglesa, considerado como idioma internacional de comunicação;

b) influência dos Estados Unidos, com ajuda da UNESCO, na criação de universidades em países como a Coreia, Índia, etc;

c) o envio regular de pessoas para se profissionalizarem ou se aperfeiçoarem em universidades americanas e inglesas, principalmente oriundas de países onde não existem escolas de biblioteconomia.

Mesmo com o AACR sendo adotado amplamente nos diversos países não havia, ainda, chegado a uma padronização na catalogação, sendo este um dos motivos da realização da RIEC, em 1969, na cidade de Copenhague.

O principal objetivo da RIEC foi conseguir, em âmbito internacional, uma padronização da catalogação descritiva, imprescindível para a catalogação cooperativa. As revisões das regras do AACR englobam proposições de outro documento: o *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*, ou seja, Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada.

O documento da *International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications (ISBD(M))*, publicado pela IFLA em 1971, sistematizava a ordem das informações bibliográficas, identificando elementos, dando ordem a eles e utilizando uma seqüência de pontuações padronizadas para melhor identificação dos elementos descritivos. É, até hoje, o instrumento de comunicação internacional de informação bibliográfica. Outros documentos foram surgindo para contemplar diferentes tipos de suportes.

As ISBD's existentes são:

- a) ISBD(M): *International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications*, para monografias, publicada em 1971, com a publicação do texto revisto como “primeira edição normalizada” em 1974.
- b) ISBD(S): *International Standard Bibliographic Description for Serials*, para publicações seriadas, publicada em 1974. Alterado para ISBD(CR).
- c) ISBD(CM): *International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials*, para materiais cartográficos, publicada em 1977.
- d) ISBD(G): *General International Standard Bibliographic Description*. Contém as regras gerais aplicáveis a todas outras ISBD, publicada em 1977.
- e) ISBD(NBM): *International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials*, para materiais não livros, conceituados como os materiais visuais em duas dimensões, publicada em 1977.
- f) ISBD(A): *International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian)*, para monografias anteriores a 1801, publicada em 1980.
- g) ISBD(PM): *International Standard Bibliographic Description for Printed Music*, para partituras musicais, publicada em 1980.
- h) ISBD(CF): *International Standard Bibliographic Description for Computer Files*, para arquivos legíveis por computadores, publicada em 1986. Alterada para ISBD (ER).
- i) ISBD(CR): *International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources*, para recursos contínuos, inclusive periódicos, publicada em 1995.
- j) ISBD(ER): *International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources*, para recursos eletrônicos, publicada 1997.

3.2.10 *Anglo-american cataloguing rules - 2nd ed. (AACR2) (1978)*

A continuidade da revisão e atualização do código é inerente a prática da catalogação em um cenário que é necessário acompanhar o desenvolvimento da tecnologia de informação e comunicação e o surgimento de novos tipos de suportes de informação, assim em 1978 foi publicada a segunda edição do Código, sendo chamado de *Anglo-American Cataloguing Rules – 2ª edição (AACR2)*. Uma das

características principais deste código é “a ênfase dada à idéia de Cutter (de 1876) de que deve haver diferentes níveis de catalogação para as diferentes bibliotecas e, eventualmente, para uma mesma biblioteca.” (VIEIRA, 1999, p. 26).

Ainda reflete a reconciliação do texto americano com o texto britânico. Adota uma política de maior conformidade com os Princípios de Paris, a preocupação com o desenvolvimento do processamento mecânico dos registros bibliográficos; a parte descritiva encontra-se ajustada aos princípios das ISBD's, a continuação do compromisso com a IFLA e seus padrões internacionais para a descrição bibliográfica e a determinação de incorporar os multimeios na catalogação descritiva.

O AACR é gerenciado por um comitê internacional, o *Joint Steering Committee for Revision AACR (JSC)*¹, com representantes das instituições: *American Library Association; Library of Congress; Australian Committee on Cataloguing; British Library; e Canadian Committee on Cataloguing*. A tomada de decisão no interior do comitê é por consenso, qualquer inclusão no padrão requer testes contínuos de avaliação e qualidade.

Quatro grandes bibliotecas nacionais (Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Austrália) concordaram com os padrões de interpretação e implementação do AACR2, levando em frente o conceito do CBU².

O AACR2 foi traduzido em diversas línguas, inclusive em português, sendo o primeiro código de catalogação aceito internacionalmente e largamente utilizado no Brasil.

Mudanças, análises e documentos preliminares sobre o AACR2 podem ser obtidos no endereço eletrônico: www.nlc-bnc.ca/jsc/ (MEY, 2003). Face as suas atualizações, o código teve as seguintes edições: a) AACR2R, 1988; b) AACR2R, 1993; c) AACR2R, 1999 (emendas); d) AACR2R, 2001 (emendas) e o AACR2 revisão 2002, em uso. Os direitos autorais para tradução desta edição, para os

¹ Comitê Conjunto Permanente para a Revisão das Regras Anglo Americanas de Catalogação

² O trabalho da IFLA referente ao CBU começou em 1954, quando seu conselho geral criou um grupo de trabalho encarregado da coordenação internacional dos princípios a serem usados em catalogação ao quais deveriam ser adotados por todos (BARBOSA, 1978). Porém, vale destacar que o CBU tomou força na década de 70, com o desenvolvimento cada vez mais forte dos computadores, com a produção abundante de novos documentos, com o crescimento dos periódicos científicos e com o surgimento de novos suportes de informação, o que levou ao surgimento de [...] novas questões e tornou mais complexo o controle da produção intelectual. A consequência natural foi a institucionalização do controle bibliográfico (CAMPELLO, 2006, p.11). O objetivo do CBU é: promover um sistema mundial de controle e permuta de informações bibliográficas, de modo a facilitar, rapidamente, em forma internacionalmente aceita, dados bibliográficos sobre todas as publicações editadas em todos os países. (BARBOSA, 1978, p.145).

países de língua portuguesa, foram concedidos pelo comitê responsável pelo AACR2 ao Brasil, sob a responsabilidade da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e publicado em 2004.

De maneira geral, o AACR2 com suas atualizações têm atendido as necessidades das unidades de informação quanto à descrição dos mais diferentes tipos de materiais existentes no acervo de qualquer unidade de informação. Porém, a necessidade de alterações é contínua na forma de descrever os materiais, em virtude de novos suportes da informação que surgem constantemente.

Baptista (2008, p.2) afirma que:

reconhece-se a popularidade e a funcionalidade das AACR2 no contexto da biblioteca [ou qualquer unidade de informação(acréscimo nosso)], o que de certa forma suscita resistências quanto a uma mudança radical que venha a demandar um esforço extraordinário de adaptação por parte de todos aqueles que se sentem confortáveis na aplicação de critérios e instruções contidos nesse código. Por outro lado, tem-se a clara consciência de que tais regras tornaram-se insuficientes para a descrição e recuperação de recursos típicos do ambiente da informação eletrônica, que nos dias de hoje extrapolam o ambiente e as práticas tradicionais de biblioteca, voltadas essas, em sua maior parte, para materiais impressos e cujas fontes de informação e/ou pontos de acesso se constituem em elementos previsíveis e estáticos, como é, por exemplo, o caso da folha de rosto, do colofão, de autor e título, etc.

Corroborando com a afirmação acima, Silva (2008) destaca que o AACR2 parece não conseguir dar sustentação eficiente aos catalogadores. A sua estrutura carece de ser extensível o suficiente para acomodar os novos e multivariados tipos de recursos de informação. O seu próprio modelo de revisão e atualização pouco contribui para melhorar o seu desempenho diante das inovações tecnológicas contínuas. O código contempla muitas regras restritivas e incompatíveis com o novo cenário digital e profusão tecnológica.

Diante das mudanças ocorridas com o desenvolvimento cada vez mais rápido da tecnologia de informação e comunicação, a área de organização e tratamento da informação tem sentido a necessidade de repensar a forma de descrever os documentos, nos diferentes formatos e de como registrar esta descrição, para uma recuperação precisa e eficaz nos sistemas automatizados de gerenciamento de unidades de informação.

Neste contexto, nasce uma iniciativa promovida pelo próprio JSC (responsável pelo AACR) e apoiada pela IFLA, de desenvolver uma nova ferramenta que substitua o AACR2. Um novo código está para ser publicado com o nome de *Resources Description and Access* (RDA), que será melhor detalhado no capítulo 5.

3.2.10.1 *O anglo- american cataloguing rules* no Brasil

A primeira edição brasileira do AACR1 foi publicada em 1969, sob título de “Código de Catalogação Anglo-Americano”, traduzido por Abner Lellis Correa Vicentini.

O AACR1 foi largamente utilizado pelos catalogadores no Brasil até a tradução de segunda edição em 1983 e 1985.

No Brasil o AACR2 foi traduzido em dois volumes, um em 1983 e o outro em 1985.

A tradução da 2. edição do AACR, foi responsabilidade da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB).

O texto em português, já contendo a ISBD(M), foi publicado em dois volumes, entre 1983 e 1985, devido a alguns problemas na tradução, feita em condições difíceis de compatibilizar o ritmo da revisão com os múltiplos encargos dos tradutores e o empenho dos mesmos em produzir um trabalho de alto nível. (CÓDIGO, 1983/1985)

O primeiro volume foi publicado em 1983, incluindo a parte I relativa a descrição, além dos apêndices (A – Uso de maiúsculas; B – Abreviaturas; C – Numerais; D – Glossário).

Em 1985 foi publicado o segundo volume, contendo normas de cabeçalhos para pessoas, entidades e nomes geográficos, dos títulos uniformes e das remissivas, acrescido de um apêndice especial para a edição brasileira denominado de *Entradas para nomes de língua portuguesa*.

Somente em 2004 foi publicado a tradução brasileira da revisão de 2002, sendo conhecido como *Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition, rev. 2002* (AACR2R). Este Código é estruturado em duas partes, a primeira se refere às regras de descrição e a segunda parte é destinada aos pontos de acesso, títulos uniformes e remissivas. Inclui ainda apêndices. Publicado em folhas soltas, em um único volume, sua estrutura atual é:

Parte 1 – Descrição

Capítulo 1 Regras Gerais para descrição (se aplica a todos os tipos de material bibliográfico)

- Capítulo 2 Livros, folhetos e folhas soltas impressas
- Capítulo 3 Materiais cartográficos
- Capítulo 4 Manuscritos
- Capítulo 5 Música
- Capítulo 6 Gravações de som
- Capítulo 7 Filmes cinematográficos e gravações de vídeo
- Capítulo 8 Materiais gráficos
- Capítulo 9 Recursos eletrônicos
- Capítulo 10 Artefatos tridimensionais e realia
- Capítulo 11 Microformas
- Capítulo 12 Recursos Contínuos
- Capítulo 13 Análise

Parte 2 – Cabeçalhos, títulos uniformes, remissivas

- Capítulo 21 Escolha dos pontos de acesso
- Capítulo 22 Cabeçalhos para pessoas
- Capítulo 23 Nomes geográficos
- Capítulo 24 Cabeçalhos para entidades
- Capítulo 25 Títulos uniformes
- Capítulo 26 Remissivas

Apêndices

- A Maiúsculas e minúsculas
- B Abreviaturas
- C Numerais
- D Glossário
- E Artigos iniciais
- F Apêndice à tradução brasileira (Entrada para nomes de língua portuguesa)

Índice

Os capítulos 8, 9 e 11 do AACR2 2 ed. tiveram seus títulos alterados: capítulo 8, de Materiais iconográficos para Materiais gráficos; capítulo 9, de Arquivos de dados legíveis por máquina para Recursos eletrônicos; e capítulo 12, de Publicações seriadas para Recursos Contínuos.

Conclui-se afirmando que o código em uso no Brasil é o AACR2R, traduzido para o português e publicado em 2004 e que, os catalogadores devem continuar a utilizá-lo na catalogação/descrição dos diversos recursos informacionais, principalmente nos sistemas automatizados, preservando a cooperação e a interoperabilidade dos sistemas e a recuperação precisa e eficaz das informações.

4 CATALOGAÇÃO AUTOMATIZADA

Com o uso de computadores para o tratamento da informação e, conseqüentemente, para a descrição bibliográfica, fez-se necessário a criação de um padrão para a entrada de dados, ou de um formato de intercâmbio bibliográfico, em que os registros possam ser reformatados para atender os objetivos específicos de cada aplicação.

Como na antiguidade os registros eram feitos manualmente na forma impressa, nos sistemas de recuperação da informação, o tratamento da mesma é definido segundo Dias (2001, p.5):

como a função de descrever os documentos, tanto do ponto de vista físico (características físicas dos documentos) quanto do ponto de vista temático (ou de descrição do conteúdo). Essa atividade resulta na produção de representações documentais (fichas de catálogo, referências bibliográficas, resumos, termos de indexação etc) que não apenas se constituem de unidades mais fáceis de manipular num sistema de recuperação da informação (comparado ao documento em sua íntegra), como também representam sínteses que tornam mais fácil a avaliação do usuário quanto à relevância que o documento integral possa ter para as suas necessidades de informação.

Desta forma, para que ocorra uma recuperação precisa é essencial que os dados sejam incluídos de forma padronizada, fazendo com que as organizações necessitam de um maior controle de seus dados, conhecer melhor o conteúdo e a qualidade dos mesmos de forma rápida, automatizada e eficiente. Um motivo importante em se estabelecer padrões é a necessidade de disseminação e de acesso à informação de propriedade de outros setores e/ou organizações. A adoção de padrões especifica o formato dos dados a serem incluídos no sistema e divulgados aos usuários para que os conheça e veja a sua adequabilidade para as suas necessidades.

A necessidade de criação de um formato para inserção de dados em computador se justifica, pois segundo Barbosa (1978, p. 199), uma vez que os dados catalogados possam ser processados pelo computador é necessário colocá-los em um formato legível por máquina, identificando os elementos, de forma explícita, para fins de manipulação pelo computador. Surgindo, assim, na década de 60, os formatos para a descrição de dados bibliográficos, tornando-se modelos para a automatização da informação.

Todo profissional da informação (Bibliotecário) conhece os inúmeros benefícios que a automação trouxe para os serviços bibliotecários, porém o impacto

maior tem sido na catalogação. A utilização de redes de telecomunicações proporcionou uma melhor interação entre bibliotecas nacionais e internacionais, concretizando assim a catalogação cooperativa.

Rosetto e Nogueira (2002) destacam que com o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, surgem novas formas para estruturar e disponibilizar a informação eletrônica para o acesso via Internet. A adoção e a transmissão da informação automatizada requer o uso de normas e formatos padronizados, existentes e modernizados com o transcorrer de cada época, como por exemplo, o MARC 21. Rosetto e Nogueira (2002) ressaltam ainda que “esses formatos estão sendo designados como metadados, e já constituem um grande conjunto de normas aplicáveis à gestão da informação digital”.

O processo de tratamento da informação, seja na forma tradicional (manual) ou automatizada, tem por objetivo o acesso e a recuperação das informações pelo usuário de forma precisa e relevante. Desta forma, inúmeros são as pesquisas e estudos sobre o uso de computadores e formatos no tratamento da informação. Destaca-se a existência de vários formatos e padrões para o tratamento da informação, porém os mais utilizados e que tem sido objeto de estudos e comparações são o MARC21 e o Dublin Core.

4.1 FORMATO MARC

Com o desenvolvimento e a implementação do controle bibliográfico, junto com a necessidade de padrões para a troca de informações a *Library Congress* (LC), em 1960, iniciou um projeto com objetivo de converter os dados catalográficos em forma legível por máquina, possibilitando o estabelecimento de um catálogo centralizado, que fosse registrado em fita magnética, facilitando a consulta à distância, dependendo das necessidades locais.

O formato MARC, foi desenvolvido na década de 60 pela LC cujo objetivo era “a comunicação de descrições bibliográficas em formato legível por computador, de tal modo que seus registros [da LC] pudessem ser formatados para atender a qualquer objetivo imaginável”. (ROWLEY, 1994, p.77). O MARC foi o primeiro formato de intercâmbio de dados criado para a catalogação automatizada.

Em 1966, o *Machine Readable Cataloguing Format* (MARC) foi colocado em prática como um projeto piloto para a LC estudar a possibilidade de fornecer às

bibliotecas dados de catalogação legíveis por máquina e cujo objetivo era “desenvolver procedimentos e programas de conversão, manutenção de arquivos e distribuição de dados compatíveis com o formato” (CÔRTE; ALMEIDA, 2000, p.76).

Segundo Barbosa (1978, p. 199) o projeto piloto resultou em:

- a) um formato padrão para intercâmbio de todas as formas de dados bibliográficos;
- b) um conjunto generalizado de programas para a criação de registros bibliográficos em forma legível por computadores na LC.
- c) o desenvolvimento de um serviço de distribuição para tais registros.

O registro inclui, segundo Porto e Pinto (2004, p. 211):

- a) descrição do documento;
- b) entradas principais e secundárias;
- c) cabeçalhos de assunto,
- d) classificação ou número de entrada.

Para Barbosa (1978, p.204):

a finalidade do [formato] MARC não é apenas a circulação dos dados catalográficos (inclusive no plano internacional), usando uma linguagem comum e um sistema de informação tão flexível que se preste às mais diversas exigências apresentadas; consiste também, numa tentativa mais funcional de análise das unidades de informação contidas numa ficha catalográfica, permitindo controlá-las e recuperá-las o mais rapidamente possível.

Segundo Moreno e Brascher (2007, p.13) “o MARC foi criado com campos, subcampos e notações para padronização na entrada de dados dos registros, para posterior intercâmbio na era pré-Internet”.

A finalidade do formato MARC era proporcionar um registro bibliográfico central para o uso da LC, proporcionar uma base de dados para os serviços bibliográficos norteamericanos e fornecer à comunidade internacional informações bibliográficas. (BARBOSA, 1978).

O projeto MARC foi evoluindo, segundo Siqueira (2003, p. 42):

passou por algumas modificações até ser aceito como um formato tornando possível o intercâmbio de dados bibliográficos e catalográficos entre biblioteca através de computadores, sendo determinante para os sistemas de catalogação de alimentação de catálogos e bases de dados: catalogação na publicação, a catalogação centralizada e especialmente a catalogação cooperativa.

Durante alguns meses, a LC concluiu o trabalho na formulação de procedimentos, nas rotinas e programas de computador, esta conclusão ficando conhecida como MARC I, este incluía somente a descrição de livros.

Com uma boa aceitação por parte das bibliotecas, pensaram em um formato padrão de comunicações, adequado ao intercâmbio de dados bibliográficos de todas as bibliotecas, não ficando somente na LC.

Com isto surge o MARC II, com objetivo de fazer uma representação descritiva de documentos em um meio legível por computadores, sendo possível obter as informações bibliográficas de todos os tipos de materiais.

Segundo Barbosa (1978, p.209) “o Formato MARC II consiste em três elementos: a estrutura, os designadores de conteúdo e o conteúdo bibliográfico”.

Pelo fato do formato MARC II ser adotado pela ISO como padrão internacional, induziu vários países a adotá-lo na compilação de suas bibliografias nacionais e serviços de catalogação automatizados, surgindo algumas variações, tais como:

- a) USMARC (Estados Unidos);
- b) UKMARC (Reino Unido);
- c) IberMARC (Espanha);
- d) CAN/MARC (Canadá);
- e) MNONOCLE (França);
- f) FINMARC (Finlândia);
- g) CALCO – Catalogação Legível por Computador (no Brasil).

O MARC II foi considerado como uma linguagem padrão para intercâmbio de informações bibliográficas, vários países começaram a demonstrar interesse e implantaram na compilação de suas bibliografias nacionais e serviços centralizados de catalogação.

4.1.1 MARC21 e o MARCXML

O MARC 21 surgiu em 1999, através da fusão do USMARC (utilizado pela *Library of Congress*) e do CAN/MARC (utilizado pela *National Library of Canada*).

O MARC 21 uniformizou os métodos das instituições organizarem suas informações bibliográficas, evitando que o trabalho ficasse repetitivo e ainda permitiu

um compartilhamento dos dados bibliográficos, confiável e previsível. (ALBUQUERQUE, 2006. p.110).

O formato MARC 21 controla diversos materiais, sendo documentos bibliográficos, textuais ou especiais (fotos, filmes, fitas de vídeo, mapas, etc.). Além disso, permite que:

seja feita a padronização de entrada dos dados, o tratamento e a representação do conteúdo das informações que são requisitos primordiais para a eficiência de um sistema de recuperação da informação a ser disponibilizado. (ALBUQUERQUE, 2006. p.110).

Segundo Siqueira (2003, p. 53), “o MARC 21 é um formato ou método, que informa como um registro bibliográfico e catalográfico devem ser organizados para que sua importação ou exportação ocorra com sucesso”.

Para Ribeiro e Passos Junior (2002, p.2) um registro MARC consiste de três componentes principais:

a) Líder – são elementos de dados que fornecem informações básicas sobre o item e as informações necessárias para o processamento do registro;

b) Diretório – é composto por uma série de entradas que contêm: a etiqueta, o comprimento do campo e a posição inicial de cada campo variável dentro do registro;

c) Campos Variáveis – os dados de um registro MARC 21 são carregados em forma de campos que podem variar no comprimento, cada um é identificado por um etiqueta formada por três caracteres numéricos que são armazenados na entrada do campo.

A seguir no Quadro 1 uma representação de como estão descritos os campos básicos do formato MARC 21.

Campos	Descrição
0XX	Informações de controle, números e códigos
1XX	Autoria (nome pessoal, entidade, evento)
2XX	Títulos, edição, imprensa
3XX	Descrição física
4XX	Série
5XX	Notas
6XX	Entradas de assunto
7XX	Entradas secundárias (nome pessoal, entidade, evento, título)
8XX	Entradas secundárias de série
9XX	Uso local

Quadro 1 – Campos básicos do MARC21

Fonte: Alves e Souza, 2007, p. 23.

A documentação, ferramentas e formatos derivados, encontram-se em inglês e parte traduzida para espanhol. Pode ser acessível através do *site* oficial do MARC, disponível no endereço eletrônico: <http://www.loc.gov/marc/>. Com o passar dos anos o MARC desenvolveu-se e atualmente existe uma família de formatos:

- a) *MARC 21 Format for Bibliographic Data*: contém especificações para codificação dos elementos de dados necessários à descrição, recuperação e controle dos vários materiais bibliográficos.
- b) *MARC 21 Format for Authority Data*: versão para registros de autoridade, que permite o controle da entrada de nomes pessoais, entidades coletivas, assuntos, entre outros, visando à padronização destes.
- c) *MARC 21 Format for Holdings Data*: contém especificações para codificação de elementos pertinentes aos dados da coleção e a localização de todos os tipos de materiais.
- d) *MARC 21 Format for Classification Data*: relativo a números de classificação e seus assuntos associados. Registros de classificação são utilizados para manutenção e desenvolvimento do esquema de classificação.
- e) *MARC 21 Format for Community Information*: contém especificações para registros de informações não-bibliográficas que atendam às necessidades de informação de uma comunidade, como eventos, serviços, entre outros. (LIBRARY, 2009)

O Formato MARC para dados bibliográficos foi criado para ser veículo da informação bibliográfica referente a livros, materiais de arquivos e manuscritos, arquivos de computador, mapas, música, fitas de vídeo, CD-ROM, periódicos, entre outros tipos de materiais.

Por outro lado, na tentativa de operacionalizar o MARC foi desenvolvido o MARC em XML.

A linguagem *eXtensible Markup Language* (XML) é derivada de uma linguagem desenvolvida pela IBM na década de 80, tornando-se um padrão *Standard Generalized Markup Language* (SGML) quando encampada pela International Standards Organization (ISO).

A estrutura do MARC 21 em XML suporta todos os dados codificados na forma tradicional e sua arquitetura é baseada em componentes, e é extensível, ou seja, permite que os programadores de computador distribuam parte diferentes do *software* para construir soluções feitas sob encomenda. (SIQUEIRA; SANTOS, 2004 apud MORENO; BRASCHER, 2007, p. 18).

A versão do MARC 21 em XML, MARCXML, é um recurso utilizado para a representação documentária e desenvolve ferramentas de software para a importação e exportação de registros bibliográficos sob instrução da linguagem de marca, dinamizando a interoperabilidade dos softwares (MORENO; BRASCHER, 2007).

Com a utilização da linguagem XML como estrutura para registros do MARC, os programadores conseguem desenvolver ferramentas específicas para criar, manipular e converter dados do formato (MORENO; BRASCHER, 2007).

Segundo Moreno e Brascher, 2007, p. 18,

a aplicação da XML em bibliotecas vem aumentando em considerável interesse, desde que se tornou um padrão para a web de impacto universal. Vários projetos exploratórios estão sendo desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos, por importantes bibliotecas comprometidas em prover versões em XML de seus registros.

O formato MARC 21 é o mais utilizado pelos profissionais da área de biblioteconomia, portanto o maior volume de descrições bibliográficas e catalográficas disponíveis atualmente estão no formato MARC 21. E este na versão XML é muito superior em relação à capacidade descritiva.

Um exemplo de registro no Formato MARC 21 pode ser observado no quadro 2.

Informações da Obra	Formato MARC 21
Monografia	001
Autor: Marisa Idalécia de Souza.	003 005 008
Título: Viagem ao Mundo da Ética no Direito: um tributo a Rui Barbosa.	012 020##\$857505035-4 040##\$aUEFS/BCJC
Publicação: Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2001.	041##\$apor 080##\$a174:34 092##\$a174:34 \$bS716v
Descrição: 305 páginas.	10010\$aSouza, Marisa Idalécia 24510\$aViagem ao Mundo da Ética no Direito \$bUm tributo a Rui Barbosa \$c Marisa Idalécia de Souza
Número de Chamada: 174:34 S716v	260##\$a Salvador \$bSecretaria da Cultura e Turismo \$c2001
Notas: Obra premiada pelo governo do Estado da Bahia / Secretaria da Cultura e Turismo – Prêmio Nacional Rui Barbosa –2000	300##\$a305 p.
ISBN: 857505035-4	44011\$aColeção Apoio \$v62

Assuntos: Direito – Ética. Barbosa, Rui, 1849-1923.	500###\$aObra premiada pelo governo do Estado da Bahia / Secretaria da Cultura e Turismo – Prêmio Nacional Rui Barbosa
Série: (Coleção Apoio, 62)	- 2000
Localização: Biblioteca Pierre Klose – BSPK	60004\$aBarbosa, Rui \$d1849-1923 65004\$aDireito \$xÉtica
Tipo de Material: Livro	852###\$aBSPK 948###\$aLivro

Quadro 2 – Exemplo de um registro MARC
Fonte: Ribeiro e Passos Junior, 2002, p. 15.

O objetivo maior deste item foi destacar o MARC 21. A versão MARCXML foi e tem sido objeto de estudo por muitos pesquisadores e não cabe aqui fazer um levantamento extenso deste assunto, isto é, sobre o MARCXML.

4.2 DUBLIN CORE

O profissional bibliotecário precisou criar formas de controlar os acervos e disponibilizar o acesso aos itens de uma coleção. Um instrumento de pesquisa de um arquivo ou um catálogo de uma biblioteca nada mais é que descrições de documentos de uma coleção, organizadas com a finalidade de facilitar sua recuperação e acesso, os agora chamados metadados.

Cabe aqui uma rápida exposição do termo metadado. É importante salientar que é grande o número de definições para metadados e esta depende do domínio de sua utilização. Em relação a definição, “*dados sobre dados*”, Grácio (2002, p.114) alerta que esta definição é muito limitada para o significado de metadados, pois este representa um conceito mais amplo na descrição de informações para busca e recuperação de informações. O autor apresenta, uma definição de metadados como sendo “um conjunto de elementos que descrevem as informações contidas em um recurso, com o objetivo de possibilitar sua busca e recuperação” (GRÁCIO, 2002, p. 114).

Os metadados tem como finalidade documentar e organizar de forma estruturada os dados das organizações com o objetivo de minimizar a duplicação

dos trabalhos e facilitar a manutenção dos mesmos. Um formato que se pode usar como modelo é o DublinCore.

Em 1955, na cidade de Dublin, no Estado de Ohio, Estados Unidos, um grupo liderado pela *Online Computer Library Center (OCLC)*, propôs uma padronização de informações sobre os arquivos digitais. Diante das discussões criou-se o Dublin Core (DC), sendo “um conjunto de 15 elementos básicos de descrição documental – eventualmente acrescidos de qualificadores que lhes aumentam o nível de precisão”. (BAPTISTA, 2007, p. 178).

Também Alves e Souza (2007, p. 3) afirmam que “O Dublin Core é um padrão de metadados, composto por 15 elementos, planejado para facilitar a descrição de recursos eletrônicos”. Podemos destacar como características deste padrão “a simplicidade na descrição dos recursos, o entendimento semântico universal (dos elementos), o escopo internacional e a extensibilidade (o que permite adaptações às necessidades adicionais de descrição)” (SOUZA apud ALVES; SOUZA, 2007, p. 3).

O DC é derivado do formato MARC, e é considerado o mais adequado às bibliotecas, pois é o lugar onde se concentram uma grande quantidade de documentos, sejam eles, físicos, eletrônicos ou virtuais.

Para Baptista (2001, apud PEREIRA; RIBEIRO JUNIOR; NEVES, 2005, p.16):

o Dublin Core é um conjunto de metadados, cujo objetivo é facilitar a descoberta de recursos eletrônicos, e suas características são: simplicidade, interoperabilidade semântica, consenso internacional, extensibilidade e modularidade de metadados.

No padrão DC os documentos são considerados como objetos, integrando todos os possíveis tipos de materiais e seu tratamento técnico. Os objetos podem ser: bases de dados, imagens digitais, banco de imagens, textos eletrônicos, vídeos e filmes em formato digital ou não, objeto multimídia, gravações sonoras digitais ou não-digitais. (XAVIER, 2005 apud ALVES; SOUZA, 2007, p. 24-25).

Para Souza (2000, apud PEREIRA; RIBEIRO JUNIOR; NEVES, 2005, p.16)):

o *Dublin Core*, pode ser definido como sendo o conjunto de elementos de metadados planejado para facilitar a descrição de recursos eletrônicos. A expectativa é de que os autores e Websites, que não possuam conhecimentos em catalogação, possuam capacidade de usar o *Dublin Core* para descrição de recursos eletrônicos, tornando suas produções mais visíveis aos mecanismos de busca e sistemas de recuperação.

Para Weibel, (1997 apud SOUZA; VENDRUSCULO; MELO 2000) os elementos básicos de descrição podem ser usados por catalogadores ou não, para uma simples descrição de recursos de informação.

No quadro 3 segue a descrição dos elementos dos metadados do DC.

Elementos	Descrição
Título	Nome dado ao recurso
Criador Entidade	originalmente responsável pela criação do conteúdo do recurso
Assunto	Tema do conteúdo do recurso. Pode ser expresso em palavras-chaves e/ou categoria. Recomenda-se o uso de vocabulários controlados
Descrição	Relato do conteúdo do recurso. Exemplos: texto livre, sumário e resumo
Publicador	Entidade responsável por tornar o recurso disponível
Colaborador	Entidade responsável pela contribuição intelectual ao conteúdo do recurso
Data	Data associada a um evento ou ciclo de vida do recurso
Tipo	Natureza ou gênero do conteúdo do recurso. Exemplos: texto, imagem, som, dados, software
Formato	Manifestação física ou digital do recurso. Exemplos: html, pdf, ppt, gif, xls
Identificador	Referência não-ambígua (localizador) para o recurso dentro de dado contexto
Fonte	Referência a um recurso do qual o presente é derivado
Idioma	Língua do conteúdo intelectual do recurso
Relação	Referência para um recurso relacionado
Cobertura	Extensão ou escopo do conteúdo do recurso; pode ser temporal e espacial
Direitos autorais	Informação sobre os direitos assegurados dentro e sobre o recurso

Quadro 3 – Elementos do Dublin Core

Fonte: Alves e Souza, 2007, p. 22.

O padrão DC tem sido adotado em muitos países como: Brasil; Austrália; Canadá; Dinamarca; Finlândia, Irlanda e Reino Unido.

5 CATALOGAÇÃO ATUAL

Diante da constante evolução do universo, as tecnologias da informação e comunicação e sua relação com a informação registrada faz surgir diversos recursos e suportes de informação. A catalogação passa por um processo de reestruturação e mudanças em seus conceitos e práticas. A descrição bibliográfica estabelecida pelas regras existentes já não atende a organização e recuperação da informação disseminada via internet.

É necessário destacar que para acompanhar todas estas mudanças, seja na descrição de recursos da informação, como no uso de formatos (MARC21 ou Dublin Core) está em estudo um novo código de catalogação o *Resource Description and Access* (RDA) e que deverá ser lançado no final de 2009 (JOINT, 2009a).

5.1 RESOURCES DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)

O RDA está sendo desenvolvido pelo *Joint Steering Committee* (JSC) for Development of RDA com as seguintes entidades envolvidas:

- a) American Library Association;
- b) Australian Committee on Cataloguing;
- c) British Library;
- d) Canadian Committee on Cataloguing;
- e) Chartered Institute of Library and Information Professional (CILIP),
- f) Library of Congress.

O desenvolvimento do RDA está sendo realizado com o esforço colaborativo envolvendo vários outros grupos, dentro e fora da comunidade bibliotecária. Além da IFLA, responsável pelo FRBR e FRAD, o JSC vem trabalhando com:

a) o *Dublin Core* e outras comunidades da *web* semântica, visando comparar os modelos conceituais e padrões usados por cada uma delas.

b) o *Library of Congress Network Development Office* e o *MARC Standards Office* para garantir a compatibilidade do RDA com o *MARC 21*.

c) o *IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code*, (*IME ICC*), responsável por revisar e atualizar os 'Princípios de Paris', tornando-os princípios para o século 21.

d) a comunidade produtora de publicações, que desenvolveu uma lista terminológica, baseada no padrão *ONIX*, para uso por comunidades das áreas bibliográfica e da publicação (JOINT, 2009a).

É necessário destacar que a OCLC tem tido grande participação no processo que está criando o RDA. A OCLC é representada na ALA RDA *Implementation Task Force*, que está planejando atividades de implementação nos EUA.

A princípio a iniciativa era conhecida como AACR3, porém com a revisão, perceberam a necessidade de criar um novo título, assim foram retirados os termos “Anglo-Americano e Catalogação”, sendo substituídos por “Descrição de Recurso” e incluindo o termo “Aceso”, “com objetivo de criar um esquema flexível para descrever todos os recursos: analógicos e digitais” (SILVA, 2008, p.3).

O *Resource Description and Access (RDA)*, Descrição e Aceso de Recursos, deverá ser um código adaptado às tecnologias de bases de dados, que poderão aproveitar, de maneira mais eficiente, a flexibilidade que a tecnologia oferece em organização, armazenamento, recuperação e visualização dos dados. É uma resposta ao impacto que as tecnologias digitais tem imposto às instituições que organizam seus recursos informacionais.

Segundo Tillett (2007a)

o termo *resource* (recurso) foi adotado para nomear o novo código por expressar melhor os materiais presentes de bibliotecas ou “as coisas que venham a ser parte do grande universo bibliográfico.

O RDA vai além dos códigos de catalogação anteriores, pois orienta sobre como catalogar recursos digitais e auxilia melhor os usuários a encontrar, identificar, selecionar e obter a informação desejada.

“O código RDA compreende: 38 capítulos, sendo o capítulo 1 preliminar, 10 seções, nas quais se encontram 37 capítulos e 13 apêndices.” (MEY; SILVEIRA, 2009, p.54)

Este novo código também contribui para o agrupamento de registros bibliográficos visando mostrar relações entre obras e seus criadores. Essa nova característica faz com que os usuários possam ter mais consciência das diferentes edições, traduções ou formatos físicos das obras (JOINT, 2009a).

O RDA facilitará a eficiência da catalogação, aumentará a eficiência na catalogação de formatos pouco conhecidos: a ferramenta on-line pode recuperar todas as regras necessárias ao item que esteja sendo catalogado. Estas regras

podem ser organizadas de acordo com os perfis específicos de aplicação ou a tarefas particulares e para catalogar tipos específicos de materiais.

O RDA permitirá aos usuários acrescentar suas próprias anotações on-line, assim como interpretação de regras políticas institucionais ou de rede podem ser integradas com o RDA on-line.

Este novo código também possibilitará a integração com produtos comerciais, aperfeiçoando o fluxo e desempenho do trabalho dos catalogadores.

Atualmente as bibliotecas operam em um ambiente digital baseado na web, com isto o RDA promoverá o avanço destas unidades de informação na era digital, promovendo instruções para a catalogação. Segundo Corrêa (2008, p.46) “o RDA foi elaborado para ser flexível, ou seja, ser aplicável a qualquer ambiente informacional, seja ele digital ou convencional”.

Segundo Joint (2009a) as vantagens do RDA são:

- a) enfoca a informação necessária para descrever um recurso;
- b) os usuários são capazes de usar o conteúdo do RDA com muitos esquemas codificados (Dublin Core, MARC 21 ou *Metadata Object Description Standard* – MODS);
- c) a estrutura está construída a partir dos modelos conceituais dos *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), ajudando os usuários do catálogo a encontrar mais facilmente a informação que necessitam;
- d) provê uma estrutura flexível para a descrição de conteúdo de recursos digitais, enquanto atende também as necessidades de bibliotecas na organização de recursos tradicionais;
- e) provê uma melhor adaptação às tecnologias de bases de dados emergentes, tornando as instruções mais eficientes no levantamento, armazenagem e recuperação de dados,
- f) trabalha sobre os pontos fortes do AACR2: os registros criados usando o RDA serão compatíveis com os registros AACR2, sendo assim os catalogadores não precisarão catalogar novamente os registros antigos, as instruções do RDA para escolha e forma de entrada originam-se das instruções constantes do AACR2. Enquanto a forma de alguns cabeçalhos mudarão com o RDA, a implementação de mudanças será facilitada por sistemas on-line cada vez mais sofisticados.

Uma lista de termos equivalentes entre AACR2 e RDA pode ser analisada no quadro 4.

AACR2	RDA
Cabeçalho	Ponto de Acesso
Cabeçalho Autorizado	Ponto de Acesso Autorizado
Entrada Principal	Ponto de Acesso/criador da Obra
Entrada Secundária	Ponto de Acesso
Controle de Autoridade	Controle do Ponto de Acesso
Título Uniforme	Título Preferencial – Nome da Obra (inclui nome do criador, quando aplicável)

Quadro 4 - Termos equivalentes entre AACR2 e RDA
Fonte: Tillett, 2007a apud Corrêa, 2008, p.52.

Estes termos permitem uma análise favorável ao RDA no que diz respeito a probabilidade de aplicação eficaz do RDA, tanto por parte do catalogador quanto na geração de bases de dados bibliográficos. (CORRÊA, 2008).

O RDA será um padrão normativo de conteúdo informacional, que segundo Silva (2008, p. 3) é :

[...] composto por um conjunto de diretrizes que devem indicar como descrever um recurso direcionado sobre os locais de informação (ou atributos) que um usuário está interessado, auxiliando-o a navegar em bases de dados e catálogos bibliográficos.

O RDA está construído sobre dois modelos conceituais, desenvolvidos pela IFLA: FRBR e FRAD. Estes dois modelos identificam as relações que uma obra pode ter com seu criador, assim como suas relações com quaisquer traduções, interpretações, adaptações ou formatos físicos dessa mesma obra.

O RDA deverá fornecer diretrizes e instruções no registro de dados espelhando atributos e relações que estão ligadas às entidades definidas nos modelos de FRBR e FRAD.

De acordo com Tillett (2007a apud CORRÊA, 2008, p.47), a finalidade do FRBR é o apoio às funções: encontrar, identificar, selecionar e obter. Maiores detalhes estão no item 5.2, que trata sobre o FRBR.

O FRAD é o outro suporte para o RDA, relaciona os autores pessoais e/ou entidades autoras ao escopo do RDA.

De acordo com Corrêa (2008, p.50):

a equivalência entre os elementos do RDA e os conceitos do FRBR e do FRAD e, conseqüentemente, aos da catalogação descritiva é importante, pois facilita a aplicação do esquema, tanto pelo catalogador quanto pelos softwares, minimizando o ruído entre informações.

Tendo como parâmetro os modelos conceituais do FRBR e do FRAD, a estrutura do RDA, proposta pelo Joint Steering Committee for Development of RDA em outubro de 2007 contempla duas partes reunindo, no total, 10 seções. Correa (2008, p.51), mostra que nesta estrutura as diferentes seções confirmam a interação entre RDA, FRBR e FRAD:

Registro de atributos

Seção 1 – Registro de Atributos para manifestação e item

Seção 2 – Registro de atributos para obra e expressão

Seção 3 – Registro de atributos para pessoas e entidades

Seção 4 – Registro de atributos para conceito, objeto, evento e lugar

Registro de relações

Seção 5 – Registro básico para relações entre obra, expressão, manifestação e item

Seção 6 – Registro das relações para pessoas e entidades

Seção 7 - Registro das relações para conceitos, objetos, eventos e lugares associados com a obra

Seção 8 – Registro das relações entre obras, expressões, manifestações e itens

Seção 9 - Registro das relações entre pessoas e entidades

Seção 10 – Registro das relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares.

A estrutura completa e detalhada do RDA pode ser observada no anexo B.

O RDA consegue mudar significativamente o modo como os dados bibliográficos são criados e usados. Essas possibilidades futuras facilitadas pela ferramenta on-line RDA serão consideradas como parte do desenvolvimento dos sistemas do futuro.

Nos preparativos para o teste no início de 2010, a OCLC, começou a trabalhar na implementação das alterações do MARC 21, estas serão implementadas no âmbito das plataformas já existentes de catalogação. (ONLINE COMPUTER LIBRARY CENTER, 2009).

Em relação às vantagens da nova estrutura das regras de catalogação, o RDA, Joint (2009a) destaca que o esse novo código promoverá o avanço das bibliotecas na era digital, fornecendo instruções para a catalogação dos recursos digitais como dos recursos tradicionais. Desenvolve-se a partir dos pontos positivos do AACR2, focalizando as necessidades dos usuários para facilmente encontrar, identificar, selecionar e obter os materiais de que necessitam, e suporta o compartilhamento de metadados entre diferentes comunidades de metadados e novos usos de registros bibliográficos em serviços *on-line*.

O conteúdo do RDA está de acordo com as últimas tendências da descrição bibliográfica de qualquer recurso informacional.

5.2 *FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORD (FRBR)*

Com o desenvolvimento da tecnologia e o rápido acesso as informações, os usuários passaram a ser mais exigentes com a disponibilização da informação seja ela, eletrônica, virtual ou digital, e com isto houve um aumento vertiginoso do número de publicações.

Nos anos 90 um grupo de estudos da IFLA iniciou uma reavaliação das práticas e normas de catalogação. Este estudo tinha como objetivo produzir uma estrutura que proporcionasse uma melhor compreensão, definida com precisão e comumente compartilhada de como o registro pode proporcionar informação sobre o que se espera que um registro possa arquivar em termos de resposta às necessidades do usuário.

Entre 1992 e 1997 foi desenvolvido o *Functional Requirements for Bibliographic Record (FRBR)*, um modelo do tipo entidade-relacionamento, sendo independente de qualquer código de catalogação ou implementação.

Em 1998 foi apresentado um relatório final recomendando uma reestruturação dos registros bibliográficos de maneira a refletir a estrutura conceitual de buscas de informação, levando em consideração a diversidade de:

- a) usuários: usuários da biblioteca, pesquisadores, bibliotecários da seção de aquisição, publicadores, editores e vendedores;
- b) materiais: textuais, musicais, cartográficos, audiovisuais, gráficos e tridimensionais;

- c) suporte físico: papel, filme, fita magnética, meios óticos de armazenagem, entre outros, e,
- d) formatos: livros, folhas, discos, cassetes, cartuchos, que o registro possa conter. (MORENO; ARELLANO, 2005, p.24)

Segundo a IFLA (1998 apud MORENO E ARELLANO, 2005, p.24), a proposta dos FRBR é:

primeiro, fornecer um quadro estruturado, claramente definido, para relacionar dados registrados bibliográficos às necessidades dos usuários destes registros. O segundo objetivo é recomendar um nível básico de funcionalidade para registros criados por entidades bibliográficas nacionais.

O FRBR é um modelo de referência, pois é apenas uma estrutura para entendimento comum a ser compartilhado e o FRBR segundo Tilet (2007a, p.1)

define um número de classes gerais (“entidades”) de coisas que são julgadas relevantes no contexto específico de um catálogo de biblioteca, seguidas de características (“atributos”) que pertencem a cada uma dessas classes gerais, e os relacionamentos que podem existir entre instâncias dessas várias classes.

O “FRBR é um modelo conceitual cujo principal propósito é melhorar os registros de catalogação (um produto), a catalogação (um processo) e os catálogos (uma tecnologia)”. (CARLYLE, 2006 apud MORENO, 2009, p.54). Por ele ser um modelo conceitual, o FRBR não é um código de catalogação e não descreve a forma de apresentação dos elementos descritivos.

O modelo FRBR trouxe muitas mudanças e, com isto conseguiu promover:

- a) um melhor entendimento dos relacionamentos entre os recursos de informação registrado, privilegiando o conteúdo;
- b) um olhar diferenciado sobre os diversos responsáveis pelo recurso de informação, aferindo o mesmo status a intérpretes, autores, tradutores, executores, etc.;
- c) o desenvolvimento de outros modelos a partir do *Know-how* adquirido, como extensões do FRBR, ao modelar registros de autoridade (FRAD) e assuntos *Functional Requirements for Subject Authority Records* (FRSAR), fornecendo fundamentos conceituais para área;
- d) um movimento intenso de discussões na área de organização e representação, ocorrendo revisão de regras, padrões e modelos (AACR/RDA, ISBDs variadas/ISBD consolidada, MARC);
- e) uma aproximação com diversas comunidades, seja na área de tecnologia e na área de museus;

- f) e finalmente, proporcionou uma tomada de consciência de um fato que é constantemente difundido e pouco praticado. (MORENO, 2009, p.55).

Os FRBR foram definidos de acordo com as tarefas genéricas realizadas pelos usuários, com o propósito de atender suas necessidades informacionais, são chamadas de *user tasks*:

- a) uso dos dados para **encontrar** materiais que correspondam aos critérios estabelecidos para a busca do usuário;
- b) uso dos dados recuperados para **identificar** uma entidade;
- c) uso dos dados para **selecionar** uma entidade adequada às necessidades do usuário,
- d) uso dos dados para encomendar, adquirir, ou **obter** acesso à entidade descrita (IFLA, 1998 apud MORENO; ARELLANO, 2005, p.25).

Estas tarefas tem o objetivo de fazer o usuário encontrar, organizar e escolher um determinado documento.

Neste sentido, Mey (2003) escreve que, desde 1997, a representação descritiva vem sofrendo mudanças em seu enfoque, deslocando-se do item para o usuário, visando permitir as tarefas de encontrar, identificar, selecionar e obter uma 'entidade' adequada aos seus propósitos. Para a autora, entidade tem o sentido empregado na modelagem de entidade-relacionamento para banco de dados, isto é, um objeto-chave que pode ser distintamente identificado.

Os responsáveis pelo FRBR utilizaram a metodologia de análise conhecida como Modelo Entidade-Relacionamento, cuja estrutura esta baseada em entidade, atributos e relacionamentos.

Segundo Moreno (2006, p. 33), a estrutura do FRBR, concebida no modelo Entidade-relacionamento esta baseada em:

entidade [...] entendida como uma "coisa" ou um "objeto" no mundo real que pode ser identificada de forma unívoca em relação a todos os outros objetos. Uma entidade pode ser concreta ou abstrata. Por sua vez **atributos** são as diversas características que um tipo de entidade possui, ou propriedades descritivas de cada membro de um conjunto de entidades. Um **relacionamento** é uma associação entre uma ou várias entidades.

A partir do modelo de análise E-R para banco de dados, os FRBR estabeleceram:

- a) As entidades dos registros bibliográficos. As entidades são os aspectos mais importantes, pois criam um novo tipo de abordagem;

b) Os atributos de cada uma das entidades. Os atributos são características das entidades, que desdobram os “elementos” da representação já conhecidas,

c) As relações entre entidades. As relações se fazem entre as entidades, são fundamentos dos catálogos e dos bancos de dados.

5.2.1 Entidade

Conforme apresentado por Moreno (2006) são listadas dez entidades, divididas em três grupos, sendo:

- a) Grupo 1 – entidades que compreendem produto de trabalho intelectual ou artísticos. Esse grupo traz o grande diferencial na forma como o profissional deve perceber o objeto de informação no momento da sua descrição e é composto por quatro outras entidades. São elas: **obra**: entidade abstrata, criação intelectual ou artística distinta; **expressão**: entidade abstrata; é a realização intelectual ou artística específica da obra, excluindo-se seus aspectos físicos; **manifestação**: entidade concreta; é a materialização da expressão de uma obra, ou seja, seu formato, suporte físico e outras descrições físicas; **item**: entidade concreta; é um exemplar da manifestação.
- b) Grupo 2 – entidades que são responsáveis pelo conteúdo intelectual, guarda ou disseminação das entidades do primeiro grupo sendo elas: **pessoa** e **entidade coletiva**.
- c) Grupo 3 – entidades que são ou podem ser consideradas assuntos. São elas: **conceito**; **objeto**; **evento** e **lugar**. (MORENO, 2006; KNORICH et al., 2008).

Esclarecendo as entidades, Moreno (2006, p. 36) afirma que as definições das entidades do primeiro grupo podem “gerar dúvidas quanto a sua natureza, principalmente o conceito de **obra**: por ser demasiado abstrato, e podendo sofrer variações de interpretação de uma cultura para outra, é reconhecida como entidade através de suas **expressões**.” Tendo desta forma, como **expressões**:

- a) textos variantes (revisões ou atualizações de um texto anterior, i.e., uma **obra**);
- b) sínteses, ampliações;
- c) adição de partes ou acompanhamento a uma composição musical;
- d) traduções;
- e) transcrições e arranjos musicais;
- f) versões dubladas ou versões legendadas.

Quanto ao item e a manifestação os FRBR trazem, segundo Moreno (2006, p. 38) as delimitações entre conteúdo e suporte: “o item e as manifestações são a forma material, física que contêm expressões de uma obra - forma intelectual, artística, [...]” Já em relação a entidade manifestação e seus limites, é encontrado nos FRBR que

em alguns casos, pode-se ter apenas um único exemplar físico produzido desta *manifestação* da *obra* (por exemplo, um manuscrito do autor, uma fita gravada para um arquivo de história oral, uma pintura a óleo original etc.). Em outros casos, há múltiplas cópias produzidas de modo a facilitar a disseminação ou distribuição pública [...] Todas as cópias produzidas que fazem parte do mesmo conjunto são consideradas como cópias da mesma manifestação. Os limites entre uma e outra manifestação são determinados tanto com base no conteúdo intelectual como na forma física (IFLA,1998 apud MORENO, 2006, p. 38).

5.2.2 Atributos

Atributos são características associadas às entidades, podendo estar ligados direta ou indiretamente à entidade. Os atributos diretos ou inerentes estão ligados aos aspectos físicos e formais, ou outros identificados pela análise do item.

Os atributos indiretos ou externos são os identificadores individuais e suas informações contextuais. Geralmente, esses atributos requerem o uso de outras fontes para serem estabelecidos. A principal contribuição em definir entidades com seus atributos é distingui-las em seu conteúdo intelectual ou artístico. (MORENO, 2006; KNORICH et al.,2008)

Também Moreno (2006) afirma que na estrutura dos FRBR, os atributos são categorizados de acordo com as entidades e servem para demonstrar as diferenças de conteúdo (intelectual ou artístico). Entretanto, nem todos os casos de um tipo específico de entidade apresentará todos os atributos listados, pois os atributos abrangem mais que os elementos de descrição em si e foram definidos em um nível lógico.

Moreno e Arellano (2005, p. 26) ressaltam que “os **atributos** são as diversas características que um tipo de entidade possui, ou propriedades descritivas de cada membro de um conjunto de entidades.” Ainda essas autoras exemplificam de forma esclarecedora os atributos especificando que são os

[...] elementos de descrição bibliográfica propriamente ditos. Nos FRBR, são categorizados de acordo com as entidades, incluindo os mais diferentes tipos de materiais e suas características. Abrange desde registros sonoros tendo como atributos modalidade de captação, meio físico, extensão do suporte, velocidade de execução (no caso de uma manifestação), até objetos cartográficos, por

exemplo, que possuem, na expressão, como atributos: escala, projeção, técnica de apresentação, entre outros. Um recurso eletrônico de acesso remoto, por exemplo, apresenta como atributos as características do arquivo, forma de acesso, endereço de acesso, e assim por diante. (MORENO; ARELLANO, 2005, p. 33)

Assim, através dos atributos o usuário estabelece suas buscas como: autor de determinada obra, título, editora e assim consecutivamente.

5.2.3 Relacionamentos

Os relacionamentos, para os FRBR, servem para descrever ligações entre uma entidade e outra, e, por conseguinte, como um meio de auxiliar o usuário para pesquisar no universo representado por uma bibliografia, catálogo, banco de dados bibliográfico, sites, repositórios, portais, entre outros. Neste sentido, tudo é realizado tendo como foco as tarefas realizadas pelo usuário.

Os **relacionamentos** são considerados por Knorich et al. (2008) como veículos para descrever as ligações entre as entidade e, por conseguinte, como um meio de ajuda ao usuário para navegar no universo do catálogo ou em uma fonte qualquer. São muitos os tipos de relacionamentos que existem entre os 3 grupos de entidades, sendo possível verificar outros relacionamentos no decorrer do uso do modelo FRBR. Três relacionamentos estão sempre presentes: o **relacionamento de responsabilidade**, que associa as entidades do primeiro grupo com as entidades do segundo grupo, isto é, as obras com os seus responsáveis, sob vários aspectos; o **relacionamento de assunto**, que une as entidades do primeiro grupo (obras) e do segundo grupo (responsáveis) com as entidades consideradas como assunto (conceito, objeto, evento e lugar); e os **relacionamentos implícitos**, que representam a relação hierárquica natural entre as quatro entidades do primeiro grupo, isto é, entre **a obra, a expressão, a manifestação e o item**.

É importante lembrar que neste trabalho foi apresentado de forma sucinta os FRBR através de uma revisão de literatura, pois no Brasil, percebe-se que são poucos os trabalhos escritos sobre este assunto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma revisão de literatura referente à evolução da catalogação durante os séculos que se passaram, e percebeu-se que este processo vem passando por mudanças em suas práticas e teorias impulsionadas pelas tecnologias da informação e comunicação, a qual regras e códigos continuam sendo alterados e adaptados a nova realidade.

A representação descritiva, ou seja, a catalogação vem sendo ampliada em seu significado e alcance, com a evolução do documento impresso para o cenário do recurso eletrônico.

Os objetivos geral e específicos propostos no início deste trabalho foram alcançados, pois conseguiu-se conhecer a evolução da catalogação no tratamento e organização da informação, identificou-se os principais códigos de catalogação, bem como os formatos existentes utilizados para o tratamento da informação.

Observou-se a importância dos Princípios de Paris que tinha como objetivo servir como base para uma normalização internacional e revisar os códigos de catalogação existentes. É necessário destacar que estes Princípios foram fundamentais para a evolução da catalogação e isto é demonstrado quando da sua alteração e ampliação para ser adaptar as novas exigências impostas ao tratamento dos recursos informacionais.

As tecnologias de informação e comunicação possibilitam o desenvolvimento das novas práticas para a organização e tratamento da informação, originando diferentes mecanismos de procura e recuperação da informação.

O formato MARC 21 trouxe a Biblioteconomia um padrão internacional para entrada de dados, permitindo a cooperação de catalogação entre as bibliotecas ou unidades de informação, agilizando e otimizando o processo de descrição bibliográfica.

Com o crescimento da Internet e da tecnologia de redes eletrônicas, tornou-se imprescindível o desenvolvimento de padrões que visem à descrição dos recursos de informação, como é o caso do padrão Dublin Core.

Com o aumento exponencial da quantidade de padrões de metadados que buscam contemplar as necessidades dos usuários nos processos de busca e recuperação das informações, a representação descritiva, seja em papel ou em meio digital, precisa ser e, está sendo, repensada e discutida, como se pode observar no

decorrer deste trabalho, onde as instituições internacionais responsáveis pelo Controle Bibliográfico Universal vem realizando ações para estas mudanças

É importante ainda destacar que como as unidades de informação mudaram, as regras para organizar e tratar as informações continuam evoluindo, pode-se verificar isto com a discussão entre as várias entidades que usam e são responsáveis pela atualização das regras e são estas atualizações que deverão ser incluídas no RDA e desenvolvidas através do FRBR.

Devido ao grande fluxo de informações disponíveis na Internet, um novo código de catalogação teve que ser discutido, o RDA, que foi construído sobre alguns princípios do AACR2, porém foi desenvolvido especificamente para as bibliotecas que trabalham em um ambiente digital.

O FRBR possibilita realizar uma única busca, para encontrar todos os materiais relacionados, mesmo estando estes materiais catalogados em diferentes línguas ou edições, ou com cabeçalhos de assuntos diferentes. Com os FRBR as regras devem ser estipuladas para facilitar as atividades dos usuários. Isto implica na revisão das regras de catalogação, especialmente as relacionadas à escolha dos pontos de acesso.

Diante de tudo que foi exposto, pode-se concluir que o crescimento das tecnologias da informação e comunicação auxiliou para o desenvolvimento da catalogação e espera-se que este trabalho, após esta revisão de literatura, venha contribuir com o repensar sobre a importância da catalogação nas bibliotecas.

Pode-se verificar que o campo da catalogação está aberto para inúmeras pesquisas, em especial no Brasil, incluindo a própria tradução e aplicação futura do RDA.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. de. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos**: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD (G). Marília, 2006. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/albuquerque_ac_me_mar.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2009.

ALVES, M. das D. R.; SOUZA, M. I. F. Um estudo de correspondência de elementos de metadados: Dublin Core e MARC 21. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 20-38, jan./jun. 2007. Disponível em:<<http://revista.ibict.br/pbcib/index.php/pbcib/article/view/728>>. Acesso em: 19 set. 2009.

BAPTISTA, D. M. **Catálogo**: uma revolução em curso. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9. 2008, São Paulo. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br/>>. Acesso em 18 abr. 2009.

BAPTISTA, D. M. O impacto dos metadados na representação descritiva. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.12, n.2, p. 177-190, jul./dez/ 2007. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br/>>. Acesso em 22 set. 2009.

BARBOSA, A. P. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

CAMPELLO, B. S. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2.ed. Brasília: Brique de Lemos/Livros, 2006.

CAMPELLO, B. S.; MAGALHÃES, M. H. de A. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília: Brique de Lemos Livros, 1997.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. São Paulo: FEBAB, 1983/1985. 2v.

CORRÊA, R. M. R. **Catálogo descritiva no século XXI**: um estudo sobre o RDA. 2008, 75 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Marília, 2008. Disponível em: <www.marilia.unesp.br/Home/Pos.../correa_rmr_me_mar.pdf>. Acesso em: 28 set. 2009.

CÔRTE, A. R. e; ALMEIDA, I.M. **Avaliação de softwares para bibliotecas**. São Paulo: Polis, 2000, 108 p.

DIAS, E. W. Contexto digital e tratamento da informação. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 2, n .5, out. 2001. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out01/Art_01.htm>. Acesso em: 10 jul 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRÁCIO, J. C. A. **Metadados para a descrição de recursos da Internet**: o padrão Dublin Core, aplicações e a questão da interoperabilidade. 2002. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília , 2002.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Declaração dos princípios internacionais de catalogação**. 2009. Tradução de: Lidia Alvarenga e Márcia Milton Vianna. <Disponível em: http://archive.ifla.org/VII/s13/icp/ICP-2009_pt.pdf>. Acesso em 19 abr. 2009a.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **RDA**: Descrição e Acesso de Recursos: o código de catalogação para o século 21. Tradução de Lídia Alvarenga. Disponível em: <<http://www.collectionscanada.gc.ca/jsc/docs/rdabrochure-por.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2009a.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **Resource Description and Access**. Atualizado em março de 2009. Disponível em: <<http://www.collectionscanada.gc.ca/jsc/rda.html>>. Acesso em: 1 abr. 2009b.

KNÖRICH, E. M. G. et al. FRBR – Requisitos funcionais para registros bibliográficos: primeiro estudo investigativo da USP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais eletrônico...** Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/3269.pdf>>. Acesso em 1 maio 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985. 238p.

LIBRARY of Congress. MARC standards. Disponível em: <http://www.loc.gov/marc/>. Acesso em 20 abr.2009.

LIMA, M. C. **Monografia**: engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

MACHADO, A, M, N. **Informação e controle bibliográfico**: um olhar sobre a cibernética. São Paulo, 2003. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/up000023.pdf>> Acesso: 23 ago. 2009.

MATA, M.M.S. da. Biblioteconomia aplicada: experiência docente. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n. 17, 2004. Disponível em:
< <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/140/5270> > Acesso em: 18 nov. 2008.

MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília. Briquet de Lemos, 1995a. 123p.

MEY, E. S. A.. **Não brigue com a catalogação!**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2003b.

MEY, E. S. A; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

MORENO, F. P. O modelo conceitual FRBR: discussões recentes e um olhar sobre as tarefas do usuário. **Ci. Inf.**, v.14, n.27, 2009. Disponível em:<
<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewPDFInterstitial/7287/10136>>. Acesso em: 2 set. 2009a

MORENO, F. P. **Requisitos funcionais para registros bibliográficos – FRBR: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2006b.

MORENO, F. P.; ARELLANO, M. A. M. Requisitos funcionais para registros bibliográficos - FRBR: uma apresentação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.3, n. 1, p. 20-38, jul./dez. 2005. Disponível em:
<www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/include/getdoc.php?id=209...>. Acesso em: 25 out. 2009.

MORENO, F. P.; BRASCHER, M. MARC, MARCXML e FRBR: relações encontradas na literatura. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v.17, n.3, p.13-25, set./dez. 2007. Disponível em: < http://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/trabs/2008_01.pdf>. Acesso em: 20 set. 2009.

ONLINE COMPUTER LIBRARY CENTER (OCLC). **RDA e OCLC**. 2009. Disponível em: <<http://www.oclc.org/americalatina/pt/news/announcements/announcement386.html>>. Acesso em: 3 nov. 2009.

OSÓRIO, M. A. de L.; ALFANO, M. C. **Trabalhando na biblioteca:** manual para os auxiliares das bibliotecas de instituições teológicas evangélicas. São Paulo: M. A L. Osório, 1994. 77p.

PEREIRA, A. M.; RIBEIRO JUNIOR, D. I.; NEVES, G. L. C. Metadados para a descrição de recursos da internet: as novas tecnologias desenvolvidas para o padrão Dublin Core e sua utilização. **Rev. ACB**, v. 10, n.1, p. 241-249. jan./dez. 2005. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/414/527>>. Acesso em: 19 set. 2009.

PORTO, P.; PINTO, J.S. **Metadados:** modelo de informação para um sistema de informação museológico. 2004. Disponível em: <http://www.iadis.net/dl/final_uploads/200405L027.pdf>. Acesso em: 20 set. 2009.

RIBEIRO, R. M. R. ; PASSOS JUNIOR, J. F. G. . Catalogação automatizada comercial: padrao Marc 21. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. **Anais eletrônico...** Recife: UFPE, 2002. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/122.a.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2009.

ROBREDO, J. CUNHA, M. B. da. Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem informatizada da biblioteconomia e dos sistemas de informação, 2 ed. São Paulo: Global, 1986.

ROSETTO, M.; NOGUEIRA, A. H. Aplicação de elementos metadados Dublin Core para descrição de dados bibliográficos on-line da biblioteca digital de teses da USP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. **Anais eletrônico...** Recife: UFPE, 2002. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/82.a.pdf>>. Acesso em 30 ago. 2008.

ROWLEY, J. **Informática para bibliotecas**. Brasília: Brique de Lemos, 1994.

SANTIAGO, M. C. C. **Metadados para recuperação da informação em ambiente virtual**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Rio de Janeiro, RJ, 2004. Disponível em:
<http://tede-dep.ibict.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=25>. Acesso em: 20 set. 2009.

SEVERINO, A. J.. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. F. M. O AACR2 não dá, mas o RDA dará vitaminação ao catalogador. **Infohome**. Coluna, jan. 2008. Disponível em:
<http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=334>. Acesso em 15 abr. 2009.

SIQUEIRA, M. A.. **XML na Ciência da Informação: uma análise do MARC 21**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003. Disponível em:
<http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/siqueira_ma_me_mar.pdf/>. Acesso em> 21 set. 2009.

SOUZA, M. I. F.; VENDRUSCULO, L. G.; MELO, G. C. Metadados para a descrição de recursos de informação eletrônica: utilização do padrão Dublin Core. **Ci. Inf.**; Brasília, v.29, n.1. p. 93-102, jan./abr. 2000. Disponível em:
< <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a10.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2009.

TILLET, B. O **admirável mundo novo do FRBR (versão 5)**. In: REUNIÃO DA IFLA DE ESPECIALISTAS PARA UM CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO INTERNACIONAL, Petrória, 2007a. Disponível em:
<[www.imeicc5.com/.../Presentations2c_BraveNewFRBRWorld\(PR\)_Port.pdf](http://www.imeicc5.com/.../Presentations2c_BraveNewFRBRWorld(PR)_Port.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2009.

TILLET, B. **Visão geral do esboço da declaração dos princípios de catalogação**. 2007b. Disponível em:
<http://www.imeicc5.com/download/portuguese/Presentations4_Cataloguing%20principles-IME%20ICC%20overview_BT_Port.pdf>. Acesso em 15 abr.2009.

VIEIRA, K. C. **Processamento técnico**: uma perspectiva histórica. 1999. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia, Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1999.

ANEXOS

ANEXO A



DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO

INTRODUÇÃO

A Declaração de Princípios – conhecida geralmente por “Princípios de Paris” – foi aprovada pela Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação em 1961.1 O seu propósito de servir como base, para uma normalização internacional na catalogação foi, incontestavelmente, alcançado: muitos dos códigos de catalogação que foram desenvolvidos em todo o mundo, desde tal data, seguiram estritamente os Princípios ou, pelo menos, fizeram-no de uma forma expressiva.

Passados quarenta anos, ter um conjunto comum de princípios internacionais de catalogação tornou-se ainda mais desejável uma vez que catalogadores e respectivos clientes, em todo o mundo, usam OPAC (Online Public Access Catalogues). Neste momento, ao alvorecer do século XXI, a IFLA desenvolveu um esforço para produzir uma nova declaração de princípios que se destinam aos catálogos de bibliotecas em linha e outros. O primeiro princípio é servir a conveniência dos usuários (utilizadores) do catálogo.

Esta declaração substitui e amplia o âmbito dos Princípios de Paris, incluindo, além das obras textuais, todos os tipos de materiais, e além da simples escolha e forma de entrada, todos os aspectos dos dados bibliográficos e de autoridade utilizados em catálogos de bibliotecas. Inclui não só princípios e objetivos (isto é, funções do catálogo) mas também regras orientadoras que devem ser incluídas nos códigos de catalogação em âmbito internacional, bem como servir de orientação para as funcionalidades de pesquisa e recuperação.

A declaração cobre:

1. Âmbito
2. Princípios gerais
3. Entidades, atributos e relações
4. Objetivos e funções do catálogo
5. Descrição bibliográfica
6. Pontos de acesso
7. Fundamentos para a funcionalidade de pesquisa

Esta declaração está construída sobre as grandes tradições catalográficas do mundo,² bem como sobre o modelo conceptual estabelecido no IFLA *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR).³

Espera-se que esta declaração facilite o intercâmbio internacional de dados bibliográficos e de autoridade e oriente os criadores de regras de catalogação nos seus esforços para desenvolver um código internacional de catalogação.

¹ International Conference on Cataloguing Principles (Paris: 1961). *Report* – London: International Federation of Library Associations, 1963, p. 91-96. Também disponível em: *Library Resources and Technical Services*, v. 6 (1962), p. 162-167; e *Statement of Principles adopted at the International Conference on Cataloguing Principles*, Paris, October, 1961. – Annotated edition / with commentary and examples by Eva Verona. – London: IFLA Committee on Cataloguing, 1971.

² Cutter, Charles A.: *Rules for a dictionary catalog*. 4th ed., rewritten, Washington D.C.: Government Printing office, 1904; Ranganathan, S.R.: *Heading and canons*. Madras [Índia] : S. Viswanathan, 1955; e Lubetzky, Seymour: *Principles of Cataloguing. Final Report: Phase I: Descriptive Cataloguing*. Los Angeles, Calif.: University of California, Institute of Library Research, 1969.

³ *Functional Requirements for Bibliographic Records: Final report*. – Munich : Saur, 1998. (IFLA UBCIM publications. New series; 19). Disponível no sítio Web da IFLA (<http://www.ifla.org/VII/s13/frbr/>) (Set. 1997 com as emendas e correcções de Fev. 2008). O modelo FRBR será em breve expandido através de *Functional Requirements for Authority DATA* (FRAD) e *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD)



1. Âmbito: destinam-se a orientar o desenvolvimento de códigos de catalogação. Aplicam-se a registos bibliográficos e de autoridade e a catálogos correntes de bibliotecas. Os princípios podem também ser aplicados a bibliografias e outros ficheiros (arquivos) de dados criados por bibliotecas, arquivos, museus e outras comunidades. Os princípios pretendem promover uma abordagem consistente à catalogação descritiva e de assunto de recursos bibliográficos de todos os tipos.

2. Princípios gerais: Há diversos princípios que orientam a construção de códigos de catalogação. O mais determinante é a conveniência do usuário.

2.1 Conveniência do utilizador (usuário): As decisões relativas à descrição e a formas controladas dos nomes para acesso devem ocorrer tendo em conta o usuário.

2.2 Uso comum: O vocabulário usado na descrição e nos pontos de acesso deve estar de acordo com o da maioria dos usuários.

2.3 Representação. As descrições e formas controladas dos nomes devem ser baseadas no modo como a entidade se descreve.

2.4 Exatidão: A entidade descrita deve ser fielmente representada.

2.5 Suficiência e necessidade: Só devem incluir-se nas descrições e formas controladas dos nomes para acesso os elementos considerados necessários ao usuário e que sejam essenciais para identificar, inequivocamente, uma entidade.

2.6 Significância: Os elementos dos dados devem ser bibliograficamente significantes.

2.7 Economia: Quando há formas alternativas para atingir um objetivo, deve dar-se preferência à forma que promova maior economia (isto é, o menor custo ou a abordagem mais simples).



2.8 Consistência e normalização. As descrições e a construção de pontos de acesso devem ser tão normalizadas quanto possível. Isso permite maior consistência o que, por sua vez, aumenta a capacidade de partilhar dados bibliográficos e de autoridade.

2.9 Integração. As descrições para todos os tipos de materiais e as formas controladas dos nomes de todos os tipos de entidades devem ser baseadas, tanto quanto seja relevante, num conjunto comum de regras.

As regras num código de catalogação devem ser *defensáveis* e não *arbitrárias*.

Reconhece-se que, por vezes, estes objetivos podem ser contraditórios, devendo, nesses casos, adotar-se uma solução defensável e prática.

3. Entidades, atributos e relações: Um código de catalogação deve ter em conta as entidades, atributos e relações tal como definido nos modelos conceptuais do universo bibliográfico.

3.1 Entidades: podem ser representadas por dados bibliográficos e de autoridade. As seguintes entidades podem ser: Obra; Expressão; Manifestação; Pessoa; Família; Colectividade; Conceito; Objeto, Evento e Lugar.

3.2 Atributos: identificam cada entidade devem ser usados como elementos de dados.

3.3 Relações: as relações entre entidades, que sejam bibliograficamente significativas, devem ser identificadas.

4. Objetivos e funções do catálogo: O catálogo deve ser um instrumento efetivo e eficiente que permita ao utilizador (usuário):

4.1 Encontrar recursos bibliográficos numa coleção como resultado de uma pesquisa, utilizando atributos e relações entre recursos:

4.1.1 Para encontrar um determinado recurso.



4.1.2 Para encontrar conjuntos de recursos representando todos os recursos que pertencem à mesma obra; todos os recursos que representam a mesma expressão; todos os recursos que exemplificam a mesma manifestação; todos os recursos associados a determinada pessoa, família ou colectividade (entidade); todos os recursos sobre um determinado assunto; todos os recursos definidos por outros critérios (língua, lugar de publicação, data de publicação, tipo de conteúdo, tipo de suporte, etc.), normalmente como uma delimitação secundária de um resultado de pesquisa.

4.2 Identificar um recurso bibliográfico ou agente (ou seja, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);

4.3 Selecionar um recurso bibliográfico que seja apropriado às necessidades do usuário, ou seja, escolher um recurso que esteja de acordo com as necessidades do usuário, no que diz respeito ao conteúdo, suporte, etc. ou rejeitar um recurso que seja inadequado às necessidades do usuário;

4.4 Adquirir ou obter acesso a um item descrito, ou seja, fornecer informação que permitirá ao usuário adquirir um item por meio de compra, empréstimo, etc. ou aceder (acessar) eletronicamente a um item por meio de uma ligação em linha a uma fonte remota); ou acessar (aceder), adquirir ou obter dados bibliográficos ou de autoridade;

4.5 Navegar num catálogo ou para além dele (quer dizer, através da organização lógica dos dados bibliográficos e de autoridade e da apresentação de formas claras de se navegar, incluindo a apresentação de relações entre obras, expressões, manifestações, itens, pessoas, famílias, entidades (colectividades), conceitos, objetos, eventos e lugares).

5. Descrição bibliográfica:

5.1 De uma maneira geral, deve-se criar uma descrição bibliográfica separada para cada manifestação.



5.2 Uma descrição bibliográfica baseia-se, tipicamente, no item enquanto representante da manifestação e pode incluir atributos que pertençam à(s) obra(s) e expressão(ões) nela contidas.

5.3 Os dados descritivos devem ser baseados numa norma internacionalmente vigente.

5.4 As descrições podem ser feitas de acordo com vários níveis de detalhe, dependendo dos objetivos do catálogo ou ficheiro (arquivo) bibliográfico. Do nível de detalhe deve ser informado o utilizador (usuário).

6 Pontos de acesso

6.1 Generalidades: Os pontos de acesso para recuperar dados bibliográficos e de autoridade devem ser formulados de acordo com os princípios gerais. Podem ser controlados ou não controlados.

6.1.1 Os pontos de acesso controlados devem ser estabelecidos para as formas autorizadas e variantes dos nomes de entidades como pessoas, famílias, coletividades (entidades), obras, expressões, manifestações, itens, conceitos, objetos, eventos e lugares. Fornecem a consistência necessária para a correta reunião de registos bibliográficos relativos a conjuntos de recursos.

6.1.1.1 Os registos de autoridade devem ser construídos para controlar as formas autorizadas e formas variantes de nomes, e para identificadores usados.

6.1.2 Os pontos de acesso não controlados podem existir como dados bibliográficos para nomes, títulos (por exemplo, o título próprio (principal), tal como se encontra numa manifestação), códigos, palavras-chave, etc., não controlados por registos de autoridade.

6.2 Escolha dos pontos de acesso.

6.2.1 Devem ser incluídos, como pontos de acesso a um registro bibliográfico, os pontos de acesso autorizados para obras e expressões



(controlados) contidas no recurso, o título da manifestação (normalmente não o título da manifestação (normalmente não controlado) e os pontos de acesso autorizados para os criadores das obras.

6.2.1.1 Coletividade (entidade) como criadora: uma coletividade (entidade) deve ser considerada como criadora das obras que expressam o pensamento coletivo ou atividade da coletividade (entidade) ou quando a redação do título conjugada com a natureza da obra indica, claramente, que a coletividade (entidade) como um todo é responsável pelo conteúdo da obra. Tal aplica-se mesmo quando assinadas por uma pessoa na sua capacidade de dirigente ou funcionário da coletividade (entidade).

6.2.2 Devem ser fornecidos pontos de acesso adicionais para registros bibliográficos para os pontos de acesso autorizados para pessoas, famílias, coletividades (entidades) e assuntos considerados importantes para encontrar e identificar o recurso bibliográfico que se descreve.

6.2.3 Devem ser incluídas como pontos de acesso a um registo de autoridade, a forma autorizada e também as formas variantes do nome da entidade.

6.2.4 Pode fazer-se um acesso adicional através de nomes relacionados.

6.3 Pontos de acesso autorizados: O ponto de acesso autorizado para o nome de uma entidade deve ser registrado num registro de autoridade, junto com identificadores da entidade e formas variantes do nome.

Um ponto de acesso autorizado pode ser necessário como uma forma de apresentação assumida por defeito (*default display form*).

6.3.1 Os pontos de acesso autorizados devem ser construídos de acordo com uma norma.

6.3.2 Língua e escrita de pontos de acesso autorizados

6.3.2.1 Quando nomes forem expressos em várias línguas e/ou escritas, deve-se preferir, para o ponto de acesso autorizado para o nome, a informação encontrada em manifestações da obra expressas na língua e escrita originais.



6.3.2.1.1 Porém, se a língua e escrita originais não forem normalmente utilizadas no catálogo, o ponto de acesso autorizado pode ser baseado em formas encontradas nas manifestações ou nas fontes de referência numa das línguas e escritas mais adequadas aos usuários do catálogo.

6.3.2.1.2 Deve ser providenciado acesso na língua e escrita originais, sempre que possível, através de um ponto de acesso controlado quer seja a forma autorizada do nome quer uma forma variante do nome.

6.3.2.2 Se as transliterações forem desejáveis, deve ser seguida uma norma internacional para conversão da escrita.

6.3.3 Escolha do ponto de acesso autorizado: O nome preferido para o ponto de acesso autorizado para uma entidade deve ser baseado no nome que identifica a entidade de uma forma consistente, seja por ser predominantemente encontrada em manifestações, seja por constituir um nome geralmente reconhecido e adequado aos usuários do catálogo (isto é, “nome convencional”), tal como se encontra em fontes de referência.

6.3.3.1 Escolha do ponto de acesso autorizado para pessoa, família, coletividade (entidade) Se uma pessoa, família ou coletividade (entidade) usa vários nomes ou várias formas de nomes, deve ser escolhido um nome ou uma forma do nome como base para o ponto de acesso autorizado para cada identidade distinta.

6.3.3.1.1 Quando várias formas do nome se encontram em manifestações e/ou fontes de referência, e essa variação não se baseia em diferentes apresentações do mesmo nome (por exemplo, formas completa e abreviada) a preferência deve ser dada ao:

6.3.3.1.1.1 nome mais conhecido (ou convencional) em vez do nome oficial, sempre que seja indicado, ou

6.3.3.1.1.2 nome oficial, sempre que não haja indicação de um nome mais conhecido ou convencional.

6.3.3.1.2 Se a coletividade (entidade) usou, em períodos sucessivos, nomes que não podem ser considerados como variantes menores de um nome,



cada mudança significativa do nome deve ser considerada como uma nova entidade. Os correspondentes dados de autoridade para cada entidade devem ser ligados, usualmente relacionando as formas autorizadas anterior e posterior dos nomes da coletividade (entidade).

6.3.3.2 Escolha do ponto de acesso autorizado para obra e expressão Quando uma obra tem múltiplos títulos, um deles deve ser preferido como base para o ponto de acesso autorizado para a obra/expressão.

6.3.4 Forma do nome para pontos de acesso autorizados

6.3.4.1 Forma do nome para pessoa: Quando o nome de uma pessoa consiste de várias palavras, a escolha da primeira palavra para o ponto de acesso autorizado deve seguir as convenções do país e da língua mais associadas com essa pessoa tal como se encontram nas manifestações ou em fontes de referência.

6.3.4.2 Forma do nome para família Quando o nome de uma família consiste em várias palavras, a escolha da primeira palavra para o ponto de acesso autorizado deve ser determinada pelas convenções do país e da língua mais associadas com essa família tal como se encontram nas manifestações ou em fontes de referência.

6.3.4.3 Forma do nome para coletividade (entidade): Para o ponto de acesso autorizado de uma coletividade (entidade), o nome deve ser dado na ordem direta, tal como se encontra nas manifestações ou fontes de referência, exceto:

6.3.4.3.1 quando a coletividade (entidade) é parte de uma jurisdição ou autoridade territorial, o ponto de acesso autorizado deve incluir a forma corrente do nome do território em questão na língua e escrita mais adequadas às necessidades dos utilizadores (usuários) do catálogo.

6.3.4.3.2 quando o nome da colectividade (entidade) implica subordinação, ou função subordinada, ou é insuficiente para identificar a entidade subordinada, o ponto de acesso autorizado deve ser iniciado com o nome da entidade superior.



6.3.4.4 Forma do nome para obras/expressões: Um ponto de acesso autorizado para uma obra, expressão, manifestação ou item pode ser ou o título que tenha representatividade própria ou um título combinado com o ponto de acesso autorizado para o(s) criador(es) da obra.

6.3.4.5 Distinção entre nomes: Se for necessário, para distinguir uma entidade de outras com o mesmo nome, podem incluir-se mais características identificadoras, como parte do ponto de acesso autorizado para uma entidade. Se for desejável, as mesmas características identificadoras podem ser incluídas como parte das formas variantes do nome.

6.4 Vários nomes e formas variantes do nome: Qualquer que seja o nome escolhido para ponto de acesso autorizado, devem também incluir-se, para acesso controlado, os vários nomes e as formas variantes do nome.

7. Fundamentos para a funcionalidade de pesquisa.

7.1 Pesquisa: Os pontos de acesso são os elementos dos registos bibliográficos e de autoridade que: providenciam uma recuperação eficaz de registos bibliográficos e de autoridade e respectivos recursos bibliográficos associados e delimitam os resultados da pesquisa.

7.1.1 Facilidades auxiliares de pesquisa: Nomes, títulos e assuntos devem ser pesquisáveis e recuperáveis através de qualquer facilidade disponível num dado catálogo de biblioteca ou arquivo (ficheiro) bibliográfico (por exemplo, pelas formas completas dos nomes, por palavras-chave, por frases, por truncamento, por identificadores, etc.).

7.1.2 Pontos de acesso essenciais: Os pontos de acesso essenciais são os que se baseiam nos principais atributos e nas relações de cada entidade no registro bibliográfico ou de autoridade.

7.1.2.1 Os pontos de acesso essenciais nos registros bibliográficos incluem:



- ponto de acesso autorizado para o nome do criador ou do primeiro criador nomeado na obra quando há mais do que um ponto de acesso autorizado para a obra/expressão (que pode incluir o ponto de acesso autorizado para o criador);

- título próprio (principal) ou título atribuído para a manifestação; ano(s) de publicação ou edição da manifestação; termos controlados de assuntos e/ou notações de classificação para a obra;

- números normalizados, identificadores e “títulos-chave” para a entidade descrita.

7.1.2.2 Os pontos de acesso essenciais nos registros de autoridade incluem:

- nome ou título autorizado da entidade;

- identificadores para a entidade;

- vários nomes e formas variantes do nome ou título da entidade.

7.1.3 Pontos de acesso adicionais: Os atributos de outras zonas (áreas) de descrição bibliográfica ou do registro de autoridade podem servir como pontos de acesso adicionais ou como mecanismos destinados a filtrar ou limitar uma pesquisa.

7.1.3.1. Tais atributos nos registros bibliográficos incluem, mas não se limitam a:

- nomes de criadores, além do primeiro;

- nomes de pessoas, famílias ou colectividades (entidades) que desempenhem outras funções que não a de criador (por exemplo, intérpretes);

- títulos variantes (por exemplo, títulos paralelos, títulos de partida (de apresentação do texto), etc.);
- pontos de acesso autorizados para as séries;
- identificadores dos registos bibliográficos;
- língua da expressão contida na manifestação;
- lugar de publicação;



- tipo de conteúdo;
- tipo de suporte.

7.1.3.2 Tais atributos nos registros de autoridade incluem, mas não se limitam a:

- nomes ou títulos de entidades relacionadas;
- identificadores dos registros de autoridade.

7.2 Recuperação: Quando na pesquisa são recuperados vários registros com o mesmo ponto de acesso, os registros devem ser apresentados numa ordem lógica conveniente para o usuário do catálogo, de preferência em conformidade com uma norma relevante para a língua e escrita do ponto de acesso.

ANEXO B

Estrutura do Resource Description and Access (RDA)

Retirado de: <http://www.collectionscanada.gc.ca/jsc/rdapropectus.html>. Acesso em: 30 abr. 2009.

RDA — Resource Description and Access

Outline

Note: Chapters and appendices marked with an asterisk will not be developed until after the initial release of RDA in 2009.

Introduction

- 0.0 Purpose and scope
- 0.1 Key features
- 0.2 Relationship to other standards for resource description and access
- 0.3 Conceptual models underlying RDA
- 0.4 Objectives and principles governing resource description and access
- 0.5 Structure
- 0.6 Core elements
- 0.7 Access points
- 0.8 Alternatives and options
- 0.9 Examples
- 0.10 Internationalization
- 0.11 Encoding RDA data

Attributes

Section 1 — Recording attributes of manifestation and item

Chapter 1. General guidelines on recording attributes of manifestations and items

- 1.0 Scope
- 1.1 Terminology
- 1.2 Functional objectives and principles
- 1.3 Core elements
- 1.4 Language and script
- 1.5 Type of description
- 1.6 Changes requiring a new description

- 1.7 Transcription
- 1.8 Numbers expressed as numerals or as words
- 1.9 Dates
- 1.10 Notes

Chapter 2. Identifying manifestations and items

- 2.0 Purpose and scope
- 2.1 Basis for identification of the resource
- 2.2 Sources of information
- 2.3 Title
- 2.4 Statement of responsibility
- 2.5 Edition statement
- 2.6 Numbering of serials
- 2.7 Production statement
- 2.8 Publication statement
- 2.9 Distribution statement
- 2.10 Manufacture statement
- 2.11 Copyright date
- 2.12 Series statement
- 2.13 Mode of issuance
- 2.14 Frequency
- 2.15 Identifier for the manifestation
- 2.16 Preferred citation
- 2.17 Custodial history
- 2.18 Immediate source of acquisition
- 2.19 Identifier for the item
- 2.20 Note

Chapter 3. Describing carriers

- 3.0 Purpose and scope
- 3.1 General guidelines on describing carriers
- 3.2 Media type
- 3.3 Carrier type
- 3.4 Extent
- 3.5 Dimensions
- 3.6 Base material
- 3.7 Applied material
- 3.8 Mount
- 3.9 Production method
- 3.10 Generation
- 3.11 Layout
- 3.12 Book format
- 3.13 Font size
- 3.14 Polarity
- 3.15 Reduction ratio
- 3.16 Sound characteristics
- 3.17 Projection characteristics of motion picture film
- 3.18 Video characteristics
- 3.19 Digital file characteristics
- 3.20 Equipment and system requirements
- 3.21 Item-specific carrier characteristics

3.22 Note

Chapter 4. Providing acquisition and access information

- 4.0 Purpose and scope
- 4.1 General guidelines on acquisition and access
- 4.2 Terms of availability
- 4.3 Contact information
- 4.4 Restrictions on access
- 4.5 Restrictions on use
- 4.6 Uniform Resource Locator

Section 2 — Recording attributes of work and expression

Chapter 5. General guidelines on recording attributes of works and expressions

- 5.0 Scope
- 5.1 Terminology
- 5.2 Functional objectives and principles
- 5.3 Core elements
- 5.4 Language and script
- 5.5 Preferred access points representing works and expressions
- 5.6 Variant access points representing works and expressions
- 5.7 Status of identification
- 5.8 Source consulted
- 5.9 Cataloguer's note

Chapter 6. Identifying works and expressions

- 6.0 Purpose and scope
- 6.1 General guidelines on identifying works and expressions
- 6.2 Title of the work
- 6.3 Form of work
- 6.4 Date of work
- 6.5 Place of origin of the work
- 6.6 Other distinguishing characteristic of the work
- 6.7 Original language of the work
- 6.8 History of the work
- 6.9 Identifier for the work
- 6.10 Content type
- 6.11 Date of expression
- 6.12 Language of expression
- 6.13 Other distinguishing characteristic of the expression
- 6.14 Identifier for the expression

Additional instructions for musical works

- 6.15 Title of a musical work
- 6.16 Medium of performance
- 6.17 Numeric designation
- 6.18 Key

6.19 Other distinguishing characteristic of the expression of a musical work

Additional instructions for legal works

6.20 Title of a legal work

6.21 Date of work

6.22 Signatory to a treaty, etc.

Additional instructions for religious works

6.23 Title of a religious work

6.24 Date of expression of a religious work

6.25 Other distinguishing characteristic of the expression of a religious work

Additional instructions for official communications

6.26 Title of an official communication

Access points representing works and expressions

6.27 Constructing access points to represent works and expressions

6.28 Constructing access points to represent musical works and expressions

6.29 Constructing access points to represent legal works and expressions

6.30 Constructing access points to represent religious works and expressions

6.31 Constructing access points to represent official communications

Chapter 7. Describing content

7.0 Purpose and scope

7.1 General guidelines on describing content

7.2 Nature of the content

7.3 Coverage of the content

7.4 Coordinates of cartographic content

7.5 Equinox

7.6 Epoch

7.7 Intended audience

7.8 System of organization

7.9 Dissertation or thesis information

7.10 Summarization of the content

7.11 Place and date of capture

7.12 Language of the content

7.13 Form of notation

7.14 Accessibility content

7.15 Illustrative content

7.16 Supplementary content

7.17 Colour content

7.18 Sound content

7.19 Aspect ratio

7.20 Format of notated music

7.21 Medium of performance of musical content

7.22 Duration

7.23 Performer, narrator, and/or presenter

7.24 Artistic and/or technical credits

7.25 Scale

7.26 Projection of cartographic content

7.27 Other details of cartographic content

7.28 Awards

Section 3 — Recording attributes of person, family, and corporate body

Chapter 8. General guidelines on recording attributes of persons, families, and corporate bodies

- 8.0 Scope
- 8.1 Terminology
- 8.2 Functional objectives and principles
- 8.3 Core elements
- 8.4 Language and script
- 8.5 General guidelines on recording names
- 8.6 Preferred access points representing persons, families, and corporate bodies
- 8.7 Variant access points representing persons, families, and corporate bodies
- 8.8 Scope of usage
- 8.9 Date of usage
- 8.10 Status of identification
- 8.11 Undifferentiated name indicator
- 8.12 Source consulted
- 8.13 Cataloguer's note

Chapter 9. Identifying persons

- 9.0 Purpose and scope
- 9.1 General guidelines on identifying persons
- 9.2 Name of the person
- 9.3 Date associated with the person
- 9.4 Title of the person
- 9.5 Fuller form of name
- 9.6 Other designation associated with the person
- 9.7 Gender
- 9.8 Place of birth
- 9.9 Place of death
- 9.10 Country associated with the person
- 9.11 Place of residence
- 9.12 Address of the person
- 9.13 Affiliation
- 9.14 Language of the person
- 9.15 Field of activity of the person
- 9.16 Profession or occupation
- 9.17 Biographical information
- 9.18 Identifier for the person
- 9.19 Constructing access points to represent persons

Chapter 10. Identifying families

- 10.0 Purpose and scope
- 10.1 General guidelines on identifying families
- 10.2 Name of the family
- 10.3 Type of family
- 10.4 Date associated with the family
- 10.5 Place associated with the family
- 10.6 Prominent member of the family
- 10.7 Hereditary title

- 10.8 Family history
- 10.9 Identifier for the family
- 10.10 Constructing access points to represent families

Chapter 11. Identifying corporate bodies

- 11.0 Purpose and scope
- 11.1 General guidelines on identifying corporate bodies
- 11.2 Name of the corporate body
- 11.3 Place associated with the corporate body
- 11.4 Date associated with the corporate body
- 11.5 Associated institution
- 11.6 Other designation associated with the corporate body
- 11.7 Language of the corporate body
- 11.8 Address of the corporate body
- 11.9 Field of activity of the corporate body
- 11.10 Corporate history
- 11.11 Identifier for the corporate body
- 11.12 Constructing access points to represent corporate bodies

Section 4 — Recording attributes of concept, object, event, and place

Chapter 12. General guidelines on recording attributes of concepts, objects, events, and places*

- 12.0 Scope
- 12.1 Terminology
- 12.2 Functional objectives and principles
- 12.3 Core elements
- 12.4 Language and script
- 12.5 General guidelines on recording terms and names
- 12.6 Preferred access points representing concepts, objects, events, and places
- 12.7 Variant access points representing concepts, objects, events, and places
- 12.8 Scope of usage
- 12.9 Status of identification
- 12.10 Source consulted
- 12.11 Cataloguer's note

Chapter 13. Identifying concepts*

- 13.0 Purpose and scope
- 13.1 General guidelines on identifying concepts
- 13.2 Term for the concept
- 13.3 Type of concept
- 13.4 Identifier for the concept
- 13.5 Constructing access points to represent concepts

Chapter 14. Identifying objects*

- 14.0 Purpose and scope
- 14.1 General guidelines on identifying objects
- 14.2 Name of the object
- 14.3 Type of object

- 14.4 Date of production
- 14.5 Place of production
- 14.6 Producer/fabricator
- 14.7 Physical medium
- 14.8 Identifier for the object
- 14.9 Constructing access points to represent objects

Chapter 15. Identifying events*

- 15.0 Purpose and scope
- 15.1 General guidelines on identifying events
- 15.2 Name of the event
- 15.3 Date associated with the event
- 15.4 Place associated with the event
- 15.5 Identifier for the event
- 15.6 Constructing access points to represent events

Chapter 16. Identifying places

- 16.0 Purpose and scope
- 16.1 General guidelines on identifying places
- 16.2 Name of the place
- 16.3 Coordinates*
- 16.4 Other geographical information*
- 16.5 Identifier for the place*
- 16.6 Constructing access points to represent places*

Relationships

Section 5 — Recording primary relationships between work, expression, manifestation, and item

Chapter 17. General guidelines on recording primary relationships between a work, expression, manifestation, and item

- 17.0 Purpose and scope
- 17.1 Terminology
- 17.2 Functional objectives and principles
- 17.3 Core elements
- 17.4 Recording primary relationships
- 17.5 Expression of work
- 17.6 Work expressed
- 17.7 Manifestation of work
- 17.8 Work manifested
- 17.9 Manifestation of expression
- 17.10 Expression manifested
- 17.11 Item of manifestation
- 17.12 Manifestation exemplified

Section 6 — Recording relationships to persons, families, and corporate bodies associated with a resource

Chapter 18. General guidelines on recording relationships to persons, families, and corporate bodies associated with a resource

- 18.0 Scope
- 18.1 Terminology
- 18.2 Functional objectives and principles
- 18.3 Core elements
- 18.4 Recording persons, families, and corporate bodies associated with a resource
- 18.5 Relationship designator
- 18.6 Note on persons, families, and corporate bodies associated with a resource

Chapter 19. Persons, families, and corporate bodies associated with a work

- 19.0 Purpose and scope
- 19.1 General guidelines on recording persons, families, and corporate bodies associated with a work
- 19.2 Creator
- 19.3 Other person, family, or corporate body associated with a work

Chapter 20. Persons, families, and corporate bodies associated with an expression

- 20.0 Purpose and scope
- 20.1 General guidelines on recording persons, families, and corporate bodies associated with an expression
- 20.2 Contributor

Chapter 21. Persons, families, and corporate bodies associated with a manifestation

- 21.0 Purpose and scope
- 21.1 General guidelines on recording persons, families, and corporate bodies associated with a manifestation
- 21.2 Producer
- 21.3 Publisher
- 21.4 Distributor
- 21.5 Manufacturer
- 21.6 Other person, family, or corporate body associated with a manifestation

Chapter 22. Persons, families, and corporate bodies associated with an item

- 22.0 Purpose and scope
- 22.1 General guidelines on recording persons, families, and corporate bodies associated with an item
- 22.2 Owner
- 22.3 Custodian
- 22.4 Other person, family, or corporate body associated with an item

Section 7 — Recording subject relationships

Chapter 23. General guidelines on recording the subject of a work*

- 23.0 Purpose and scope
- 23.1 Terminology

- 23.2 Functional objectives and principles
- 23.3 Core elements
- 23.4 General guidelines on recording subject relationships
- 23.5 Relationship designator

Section 8 — Recording relationships between works, expressions, manifestations, and items

Chapter 24. General guidelines on recording relationships between works, expressions, manifestations, and items

- 24.0 Scope
- 24.1 Terminology
- 24.2 Functional objectives and principles
- 24.3 Core elements
- 24.4 Recording relationships between works, expressions, manifestations, and items
- 24.5 Relationship designator
- 24.6 Numbering of part
- 24.7 Source consulted
- 24.8 Cataloguer's note

Chapter 25. Related works

- 25.0 Purpose and scope
- 25.1 Related work
- 25.2 Explanation of relationship

Chapter 26. Related expressions

- 26.0 Purpose and scope
- 26.1 Related expression
- 26.2 Explanation of relationship

Chapter 27. Related manifestations

- 27.0 Purpose and scope
- 27.1 Related manifestation

Chapter 28. Related items

- 28.0 Purpose and scope
- 28.1 Related item

Section 9 — Recording relationships between persons, families, and corporate bodies

Chapter 29. General guidelines on recording relationships between persons, families, and corporate bodies

- 29.0 Scope
- 29.1 Terminology
- 29.2 Functional objectives and principles
- 29.3 Core elements

- 29.4 Recording relationships between persons, families, and corporate bodies
- 29.5 Relationship designator
- 29.6 Source consulted
- 29.7 Cataloguer's note

Chapter 30. Related persons

- 30.0 Purpose and scope
- 30.1 Related person
- 30.2 Explanation of relationship

Chapter 31. Related families

- 31.0 Purpose and scope
- 31.1 Related family
- 31.2 Explanation of relationship

Chapter 32. Related corporate bodies

- 32.0 Purpose and scope
- 32.1 Related corporate body
- 32.2 Explanation of relationship

Section 10 — Recording relationships between concepts, objects, events, and places

Chapter 33. General guidelines on recording relationships between concepts, objects, events, and places*

- 33.0 Scope
- 33.1 Terminology
- 33.2 Functional objectives and principles
- 33.3 Core elements
- 33.4 Recording relationships between concepts, objects, events, and places
- 33.5 Relationship designator
- 33.6 Source consulted
- 33.7 Cataloguer's note

Chapter 34. Related concepts*

- 34.0 Purpose and scope
- 34.1 Related concept
- 34.2 Explanation of relationship

Chapter 35. Related objects*

- 35.0 Purpose and scope
- 35.1 Related object
- 35.2 Explanation of relationship

Chapter 36. Related events*

- 36.0 Purpose and scope
- 36.1 Related event

36.2 Explanation of relationship

Chapter 37. Related places*

37.0 Purpose and scope

37.1 Related place

37.2 Explanation of relationship

Appendix A. Capitalization

Appendix B. Abbreviations

Appendix C. Initial articles

Appendix D. Record syntaxes for descriptive data

Appendix E. Record syntaxes for access point control data

Appendix F. Additional instructions on names of persons

Appendix G. Titles of nobility, terms of rank, etc.

Appendix H. Dates in the Christian calendar

Appendix I. Relationship designators: Relationships between a resource and persons, families, and corporate bodies associated with the resource

Appendix J. Relationship designators: Relationships between works, expressions, manifestations, and items

Appendix K. Relationship designators: Relationships between persons, families, and corporate bodies

Appendix L. Relationship designators: Relationships between concepts, objects, events, and places*

Glossary